

Ata da Reunião Ordinária do dia 31 de março de 2008.....Ata 017

Presidente Vereador Luiz Leite; Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus declaro aberto os trabalhos da presente reunião ordinária da Câmara Municipal de Carazinho do dia 31/03/08; Convido o Vereador Cláudio Santos, para proceder à leitura de um trecho da Bíblia e convido a todos para que se posicionem em pé; (leitura da bíblia); **Presidente Vereador Luiz Leite** eu gostaria de convidar a secretaria da Administração do nosso município para que se faça presente na mesa dos trabalhos para a apresentação da prestação de contas do ano de 2007. antes da leitura do expediente da presente reunião. **Secretária da Administração Isolde Maria Dias** boa noite a todos, é com muita alegria que saúdo o presidente Luiz, também saúdo os vereadores, Cláudio Santos, Jaime, João Mafalda, Antonio Azir, marcos, Vilson Paese, Felipe Salvia, Josélio Guerra e Vereador Adroaldo. É com muito prazer que saúdo a todos também quero saudar os funcionários da casa, a imprensa, a comunidade, que pena que a comunidade é tão pouca, mas saúdo a todos que vieram aqui prestigiar mais uma reunião da câmara. Nosso prefeito Alexandre que tinha um outro compromisso pediu-m e que viesse representá-lo para apresentar o relatório de atividades desenvolvida pelas secretarias, pelos setores da nossa prefeitura, enfim, nós relacionamos com muito carinho, com muita dedicação, foi relacionado sr. Presidente, srs. Vereadores, um resumo então, das atividades desenvolvidas por todos nós, com certeza, aquelas pessoas que tirarem um tempinho pra dar uma olhada, não é um relatório extensivo, consta tudo que foi necessário e que como a lei orgânica prevê, que após sessenta dias do inicio do ano, se faz necessário esta apresentação do relatório então em nome do poder executivo eu quero entregar ao presidente Luiz Leite, o relatório e que todo mundo não deixe de dar uma olhadinha. Era isso muito obrigado. **Presidente Vereador Luiz Leite** recebemos então o relatório das atividades do ano de 2007 da Prefeitura Municipal de Carazinho através da secretária municipal da administração e fica a disposição dos srs. Vereadores que tiverem interesse de ler este relatório vai ficar na direção de expediente desta casa e os vereadores que assim decidirem dar uma olhada neste relatório está a disposição de todos. Muito obrigado Isolde. Inicialmente quero cumprimentar os srs. Vereadores, servidores da casa, a imprensa escrita e falada, demais pessoas que se fazem presentes no plenário, nosso 11º vereador a dois anos acompanha todas as sessões do poder legislativo que é o Sr. Silveira é uma satisfação muito grande, também o nosso promotor de justiça Cristiano Ledur, que daqui a pouco fará uso da palavra na tribuna desta casa, e convido antes da leitura dos trabalhos, nós para apreciação dos srs. Vereadores a ata da reunião ordinária do dia 24/03/08, não havendo vereador querendo discutir colocamos em votação a referida ata, vereadores que concordam permaneçam como estão os demais se manifestem, aprovada a ata por unanimidade. Convido o senhor secretario para fazer a leitura da convocação do Vereador suplente, a Marcos Soares bem como depois a leitura do expediente da presente reunião; **Secretário Vereador Cláudio Santos** CARAZINHO, 31 DE MARÇO DE 2008. C O N V O C A Ç Ã O – 12/2008 Prezado Senhor: Pelo presente, estamos CONVOCANDO Vossa Senhoria para assumir na Câmara Municipal de Vereadores, no dia 31/03/2008, tendo em vista pedido de licença do Vereador Paulino de Moura, por motivo de saúde, conforme dispõe Regimento Interno, art. 11, inciso II, alínea e, desta Casa. Sem outro motivo, colhemos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração Atenciosamente Vereador Luiz Leite Presidente EXMO. SR. MARCOS SOARES MD. SUPLENTE DE VEREADOR DO PTB NESTA. Expediente Reunião Ordinária dia 31 de março de 2008 Ofício 472 Ministério dos Transportes informa que, em relação ao OD 166/08 de 10 de março de

2008, desta Câmara Municipal, que o pleito em questão, (Medida Provisória 415/08 que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais) foi submetido à análise do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, tendo em vista ser o órgão responsável pelo exame da matéria Ofício 77/08 da Eletrocar em resposta ao OD 233/08 de autoria do Vereador Felipe Sálvia. Ofício 002/08 do Conselho Municipal de Educação convidando os membros da Comissão de Educação desta Casa para reunião ordinária do CME que será realizada dia 1º de abril as 10 horas , nas dependências do Colegiado ACIC/ CDL convida para reunião de almoço dia 02/04 no salão de eventos da ACIC/CDL com programação a partir das 10:30hs. Com a pauta “Concessão de Pedágios, RS Lagoa dos Três Cantos – Não Me Toque e RS 142 – Lombada Eletrônica. Ofício 053/08 do Executivo Municipal informa que, de acordo com o inciso XIII do artigo 53, da Lei Orgânica do Município de Carazinho, dia 31 de março estará apresentando o relatório de prestação de contas do exercício anterior. Ministério da Educação informa liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação, no valor de R\$ 26.901,00. Ministério da Saúde informa repasse de recursos financeiros no valor de R\$ 76.521,00. DAP convida para seminário para o poder legislativo municipal. De 02 a 05 de abril em Porto Alegre. Confederação Nacional dos Municípios convida para a XI Marcha a Brasília em defesa dos Municípios, de 15 a 17 de abril. Interesse Público – empresa de apoio aos municípios para o curso “Gerente de Cidades” de 16 a 18 de abril em Porto Alegre. CENAAP: convida para o 31º congresso brasileiro de municípios, de 23 a 26 de abril em POA. 29º Curso Técnico de Estudos Jurídicos Municipais, de 02 a 04 de abril em POA. ASCAM convida para curso da Lei Orgânica do município e do Regimento Interno. Ofício 101/08 do CMPP encaminhando relatório financeiro e de atividades desenvolvidas pelo CMPP para atender o contrato de gestão firmado com o município durante o ano de 2007, conforme prevê o art. 25 do decreto executivo nº 049/03. Ofício 054/08 do Executivo Mun. encaminha projeto de lei nº 039/08 o qual autoriza repasse de recurso de projeto emancipar para cidadania para Fundetec. Ofício 055/08 do Executivo Mun. encaminha projeto de lei nº 040/08 o qual dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 3º da lei municipal 6.424 que instituiu o programa de pagamento incentivado – PPI, no município de Carazinho. Ofício 056/08 do Executivo Mun. encaminha projeto de lei nº 041/08 o qual altera denominação do museu. Ofício 057/08 do Executivo Mun. encaminha projeto de lei nº 042/08 o qual dispõe sobre a criação do arquivo público municipal. Ofício 058/08 do Executivo Mun. encaminha projeto de lei nº 043/08 o qual consolida a legislação que cria o conselho municipal de trânsito de Carazinho. Ofício 059/08 do Executivo Mun. encaminha projeto de lei nº 044/08 o qual autoriza o poder executivo a aderir, implantar e operacionalizar o programa primeira infância melhor e dá outras providências. Ofício 060/08 do Executivo Mun. encaminha projeto de lei complementar nº 006/08 o qual dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 5º e parágrafo 1º do art. 34, da Lei complementar nº 115/2007, que cria o PREVICARAZINHO. Ofício 061/08 do Executivo Mun. encaminha projeto de lei nº 045/08 o qual autoriza abertura de crédito suplementar no orçamento de 2008, no valor de R\$ 147.449,00. Ofício 062/08 do Executivo Mun. encaminha projeto de lei nº 046/08 o qual autoriza a Câmara Municipal de Carazinho a transferir bens do patrimônio. Ofício 063/08 do Executivo Mun. encaminha projeto de lei nº 047/08 o qual autoriza concessão de auxílio financeiro à ADES, mantedora do Programa Yacamim e abertura do Crédito Especial no orçamento de 2008, no valor R\$ 10.000,00. **Presidente Vereador Luiz Leite** pois não Vereador Antonio Azir **Vereador Antonio Azir** sr. Presidente até por ser sabedor da grande carga de trabalho que possui o ministério Público, e pela importância do assunto, eu peço ao sr. Presidente que consulte os companheiros do plenário para que o espaço destinado ao promotor Cristiano Ledur seja utilizado antes da leitura dos trabalhos do dia de hoje.

Presidente Vereador Luiz Leite pergunto aos líderes da bancadas se há concordância. Então convidamos ao Promotor de Justiça Dr. Cristiano Ledur, para que faça uso da palavra na nossa tribuna para que os vereadores, a imprensa, servidores e demais pessoas que se fazem presentes possam ouvir e talvez procurar entender um pouco mais sobre o assunto em pauta que é os sem terras. Por gentileza. **Promotor de Justiça Cristiano Ledur** em primeiro lugar gostaria de dizer boa noite a todos os vereadores, dizer que é um prazer estar nesta casa aqui, é com muita satisfação que eu to aqui hoje, esse é um assunto que nós do ministério público temos nos debruçado insistentemente, incessantemente, é algo que nos toma um tempo é difícil mensurar o tempo que este assunto tem tomado da gente e em especial a situação envolvendo MST e fazenda coqueiros. Porque que eu me dispus a vir hoje aqui, porque nós do ministério público a gente de certa forma tem sofrido ataques de um lado e de outro, e eu até digo é fácil ficar isento, porque se você fosse pender pra um lado, o outro lado praticamente te empurra por centro de novo, então nós temos procurado manter uma posição estritamente profissional, uma vez que é uma situação que envolve interesses diametralmente opostos, nós não temos a mínima confluência de interesses na situação envolvendo MST e fazenda coqueiros, pelo contrario as posições são radicalmente opostas, e eu me dispus a vir hoje aqui pra poder falar abertamente pra vocês de forma mais informal possível, até para não tornar enfadonho e mostrar um pouco do que se fez, que eu acho que não é tão pouco assim, que os senhores vão poder relatar no final, mostrar aquilo que cabe ao ministério público fazer e os senhores vão poder dimensionar no final, não eu acho que fizeram, eu acho que não fizeram, eu vivo num país democrático, eu estou sujeito a críticas, sempre vou estar, sempre vou estar aberto a elas, mas a idéia é vir exatamente, porque chegou o memento nesta situação envolvendo o MST e a fazenda coqueiros que era muito comum a gente ouvir vários setores dizendo basicamente autoridades tem que tomar providencias, isso nós não vimos só no ofício que nos chegou e eu respondi, talvez eu tenha sido um pouco duro na resposta mas eu procurei ser contundente nela pra deixar claro as coisas e em outras manifestações nós temos visto autoridades tomando providencias. Bom então o que eu quis trazer um pouco assim de providencias judiciais que o ministério público adotou envolvendo a situação da fazenda coqueiros e uma coisa que tenho dito e depois eu vou mostrar pros senhores aqui, a posição tanto do proprietário rural tudo que ele sempre externou do ministério público de Carazinho, os srs. Poderão ver depois e também a posição do movimento do ministério público de Carazinho e vou deixar pro final e eu gostaria de fazer uma abordagem sobre a questão de se dizer que o MST é um movimento inatingível que não tem personalidade jurídica porque é uma entidade que não existe, mostrarei pra vocês que é fruto de pesquisas minhas na frente de um computador e se tiver uma Internet aberta a gente pode fazer uma simulação aqui se os srs. Quiserem, se tiver uma Internet aberta eu acho bem importante mostrar. Então assim, tudo que nos chegou até hoje eu sempre deixo o desafio aberto a qualquer pessoa aqui presente, de dizer uma manifestação do ministério público que tenha se mostrado contrario a constituição ou favorável ao lado A ou favorável ao lado B, e digo isso de mim e digo dos meus colegas rapidamente então pra gente avançar e não tornar enfadonho, quando houve a reintegração de posse aquele processo ali o 1169.5, é aquela reintegração de posse que foi ajuizada após a invasão de 28/02/06 é uma reintegração de março de 2006. desde aquele 1º momento que o ministério público atuou ele se mostrou favorável a essa reintegração de posse os srs. Vão lembrar muito bem o item 2 quando houve uma celeuma gigantesca que a brigada militar, a policia civil fizeram praticamente uma operação de guerra, que iam fazer busca e apreensão no acampamento em virtude das ocorrências que tinham, foi feita uma operação de logística grande e que o pessoal se deslocou de porto alegre e eles estavam em passo fundo, tudo é regimentado,

computadores deslocados, como iriam proceder, uma operação bastante grande que os srs. Lembram então na época houve uma contra ordem do governo do estado na pessoa do secretario de segurança, que depois alegou que não foi bem uma contra ordem mas o fato é que, se frustrou completamente o mandato do Dr. Orlando Juiz, foi na televisão foi no programa do Lazier, aquilo deu um incidente foi capa de jornal, acabou não saindo a busca e apreensão, mas desde aquela busca e apreensão tinha lá posição do ministério publico favorável para essa busca. Quando houve esse processo o 2328.3, esse é o maior processo criminal que tem possivelmente em todo o estado do RS, contra integrantes do MST, tinha quinhentos indiciados por desobediência e tudo, e o Dr. Denílson acabou concentrando a denuncia em quatro identificando eles como lideranças, ele acabou acertando denuncia sobre quatro integrantes e gerou este processo, houve pedido de prisão preventiva e se manifestou favorável a prisão preventiva e decretada a prisão preventiva de dois integrantes, essa prisão preventiva ficou na rua muito tempo com eles foragidos, o processo não andava porque não se conseguia efetivar a citação eles entraram com hábeas corpus no tribunal de justiça e não levaram, entraram com hábeas corpus no STJ em Brasília, não levaram e vieram a ganhar um hábeas corpus ano passado no STF. Lá no STF que aquela decretação de prisão que o delegado Danilo apresentou que o ministério publico acolheu e que o Dr. Orlando decretou, ela foi cair lá no STF, quem trava na cidade ta lembrado de um episodio que eu vou falar. Os senhores lembram quando o congresso nacional foi invadido pelo Bruno Maranhão e companhia e que prenderam todo mundo, e depois acabou se soltando todo mundo, na época a VEJA fez uma reportagem que o desembargador que o ouvidor agrário nacional o Jesino Jose da Silva Filho esteve lá e falou com o juiz e a gente até criticou e o juiz acabou soltando. Essa mesma movimentação houve em Carazinho, o desembargador teve aqui e pediu uma reunião queria que revogasse as prisões e o Dr. Orlando não revogou, manteve o seu processo criminal ou resolver dentro do processo, eu não vou soltar ninguém, com parte no pedido com quem não é parte, respeito a sua posição, respeito a sua função, mas mantenho as prisões. Então eu digo isso sempre aconteceu, veio o pessoal de Brasília pra cá, dizendo que se soltasse e a posição dele foi inflexível, não se soltou, esse processo ele segue em andamento é um processo que teve dificuldade de andamento inclusive não consegui citar estavam foragidos, o processo não consegue andar, não efetiva a citação, hoje ele se encontra em andamento, posteriormente em 2004 nós vamos ter dois processos criminais contra o MST esse 1872.9 isso é receptação e porte de munição, nessa houve uma invasão em 11 e 12 de abril e houve mais ocupação, e nessa desocupação a Brigada Militar identificou três integrantes que estavam com colchões furtados da brigada militar e uns com porte de munição. O ministério publico foi lá e se não me engano é minha ou do Denílson nós denunciemos os três que estavam identificados por porte e receptação. A instrução vocês podem acompanhar nas datas ali, teve audiência em 10/07, 01/08 e 20/03/08. área ambiental, a dra. Clarissa destas cinco a dra. Clarissa já ajuizou quatro ações civis publicas em matéria ambiental contra o MST, os processos estão em andamento nesta comarca, são processos por danos ambientais realizados na fazenda coqueiros e nas áreas continuas da fazenda coqueiros. Cinco ações civis publicas ambientais, e tem sete, esse item é bastante interessante. Quando houve essa invasão de 11/04 e ali na desocupação que a gente tem a receptação dos colchões e com toda essa invasão de 11/04, nós já tínhamos essa situação definida sobre a reintegração de posse da fazenda coqueiros. Eu estou falando de 11/04/07, sendo que a sentença da dra. Ana eu vou mostrar pra vocês depois ela é de 23/10/06 e depois em 22/08/06, o tribunal confirma aquela reintegração dando o interdito proibitório permanente, ou seja, não pode invadir sob pena de multa, como a brigada militar identificou 61 invasores eu peguei esses 61, isso foi em abril, havia audiência marcada, eles não

compareceram, veio com vista pra mim e eu ofereci denuncia no dia 12/07, pra evitar um processo monstro como os 61, que se abria um processo contra 61 pessoas, não tem viabilidade de processamento porque ora vai citar um no acampamento, não encontra, volta a precatória, vai outra e vira uma salada processual, você não consegue tocar um processo deste tamanho eu desmembrei ele em 10 denuncias dando uma media de 6 denunciados. Essas denuncias eu vou abordar mais adiante pra vocês elas foram rejeitadas no dia 24/09. O que é a rejeição? O juiz Dr. Orlando por razões de fundamentações jurídicas ele entendeu que o fato de invadirem não configurava uma desobediência pra fins criminais e rejeitou a denuncia. Nós apelamos, entramos com 10 apelações e esse recursos foi julgado pela turma recursal criminal, não é o tribunal de justiça, porque a desobediência é um delito de menor potencial extensivo, é uma pequena causa criminal, ela não vai pro tribunal de justiça, ela vai pra turma recursal de porto Alegre. Foi mantida a rejeição e eu vou abordar mais adiante de forma ... isso daí. Prisão 30/06 um abgeato, esse fato agora até quando houve uma prisão, um dos abgeatos, até o Sergio tem as fotos, o Sergio do Diário divulgou as fotos pela Internet, houve parecer favorável e a prisão em flagrante e gerou essa denuncia que o 3345/07. ele foi denunciado dia 20/07 fato é 30/06, ele foi interrogado dia 22/08 se eu não me engano, houve instrução em setembro, ele foi condenado dia 13/11, houve recurso do condenado ao tribunal de justiça e agora em 27/02 houve uma redução de pena, foi absolvido um dos crimes, mas ta lá, esse crime foi cometido em 30/06/07, em 27/02/08, nós temos ele julgado em Carazinho, condenado com condenação não mantida na integra mas ta condenado no tribunal de justiça, repito data mais recente dele 27/02/08, o julgamento foi do tribunal de justiça do estado, data do fato 30/06, nós temos ai oito meses de processo criminal, instruído, julgado enviado ao tribunal de justiça e ação de condenação, não na integra, mas condenado. Essa ação publica contra o MST, os srs. Vão lembrar bem, ação aquela pra impedir o segmento das marchas, essa ação foi uma ação ajuizada pelo ministério publico, na pessoa do dr. Denílson Belegante, foi possivelmente o primeiro caso que a gente teve no Brasil, muito se discutiuiu ideologicamente se isso é possível ou se isso não é fazer estado de sitio, nós entendemos que sim, que cabia fazer uma ação pra evitar que aquelas marcas se dirigissem e eu acompanhava, sempre acompanho a pagina do MST na Internet e eles diziam estamos indo e vamos pra coqueiros, vamos entrar na coqueiros, porque queremos a desapropriação e queremos crer que ao chegar na coqueiros o governo já terá desapropriado. A FARSUL anunciou uma contra marcha, a brigada militar disse que isso era algo perigoso, uma eminência de conflito se fez a ação civil publica, a dra. Marlene deu a liminar, sofreu pressão, veio o pessoal, veio deputados de Brasília, vieram deputados aqui, isso é legitimo isso é democrático, nós jamais nos furtamos porque a ação quem acompanhou fui eu, acompanhamos todos os debates, audiências, mas fomos inflexíveis, não sedemos em um ponto, não há ingresso de marchas na comarca de Carazinho, e comarca de Carazinho leia-se Santo Antonio do Planalto, chapada, Almirante Tamandaré do Sul, Coqueiros do Sul e Carazinho, isso aqui foi um caso uma queda de braços, quem acompanhou, o Sergio acompanhou, foi extremamente desgastante, depois houve uma audiência publica em Passo Fundo, não sei se o Sergio estava lá, foi extremamente desgastante, mas não se cedeu uma virgula, eles queriam ao final que se fizesse um acampamento em Almirante Tamandaré e nos dissemos Não haverá flexibilização, decisão tomada, não gostam recorram, livre arbítrio, processo judicial é isso ai, sistema democrático decisão tomada, acabaram recrudescendo, desistiram das marchas e a coisa ficou num bom termo. Mais recentemente, agora nós estamos em 2008, dois processos denunciados em 20/02 uma receptação qualificada, uma compra de milho furtado da fazenda coqueiros, fato ocorrido em 07/02, esse processo fui eu que denunciei na substituição, já foi interrogado agora em

05/03 e acabou sendo solto, estava preso em flagrante e o Dr. Orlando entendeu que não havia elementos, tudo bem, soltou ele e aguarda instituição processual. Isso aqui é um milho que havia sido furtado da fazenda coqueiros, carregaram um caminhão com 3.600 kg de milho e mais recentemente agora denuncia por crime de receptação e porte de arma, houve um roubo na fazenda coqueiros em 14/01, coisa que encejou aquele mandado de busca que foi cumprido lá em Sarandi e que deu acompanharam eu estava de férias mas a gente viu isso acompanhado pela gaúcha, pelo diário, teve uma pessoa que foi denunciado que estava com receptação de algumas coisas furtadas e porte de arma, fui eu que fiz essa denuncia, esse processo é de 14/01 e denunciei ele dia 03/03 e foi interrogado dia 19/03, instrução marcada para 02/04. então em, resumo eu tenho aqui eu estou falando de 15 processos criminais, eu estou falando de cinco ações civis publicas e matéria ambiental, eu estou falando de uma ação civil publica pra impedir o ingresso de marchas, esse arquivo a gente pode fechar. Só para mostrar o que gerou processualmente essas denúncias, esse aqui é o processo 2328.3 esse o Dr. Denílson ajuizou que é contra os quatro que entendeu como lideranças que houve decretação e prisão preventiva de dois. Quantos fatos se deu ao final, foram 23 fatos. Essa denuncia é de 28/06 preventivas que houve hábeas no tribunal, aqui depois a gente tem processo 1872.9 que eu comentei com os srs. Que é aquele dos três colchões e porte de arma. Esse processo 2321 e outros eu digo são aquelas 10 denúncias por desobediência, só quero mostrar a narrativa deste fato, esses foram os 61 denunciados. Coloquei exatamente isso que nos dias 11/04/07 durante a manhã até a meia hora da tarde o denunciado, eles desobedeceram ordem da juíza de Direito Ana Paula Caimi, titular da 3ª vara civil de Carazinho, na oportunidade os denunciados mesmo cientes que havia decisão judicial proibindo novas invasões na fazenda, proferida a sentença de 23/10/06, voltaram a invadir a propriedade obrigando o uso das forças da segurança publica para que fosse feita a retirada dos invasores da propriedade, a brigada militar compareceu no local e efetuou a retirada dos invasores fazendo a identificação pessoal de cada um dos mais de 60, aqui é o trecho da sentença. Que eu vou abordar um pouco mais adiante. Os invasores agiram com a intensão de desobedecer a ordem tendo em conta que a proibição de invasões foi amplamente divulgada alem de terem dela tomado conhecimento por meio de carros de som, conforme determinada a sentença, os denunciados mesmo cientes da realização de audiência preliminar não compareceram ao ato, essa foi a denuncia que eu disse que a justiça, vou abordar agora adiante entendeu que isso não era uma desobediência a ordem judicial, que isso seria outra coisa mas não era o crime de desobediência. Só pra constar aqui havia também neste processo registro de ameaça contra alguns integrantes da fazenda como eles não compareceram na audiência preliminar e quem conhece sabe se a vitima da ameaça não comparece, o processo é fulminado porque sói se processa se a vitima comparece e manifesta interesse. Nenhuma vitima compareceu pra manifestar interesse. Aqui, o processo 3345, é o abgeato aquele que eu falei por condenação do tribunal. Esse aqui recente agora o 144, é o processo que ta tramitando, é o do arroz, é o da arma e uma motoserra. E ai finalmente esse daqui que é denunciado por furto de arroz. O processo de arquivamento que o dr. Denílson fez só pra ver o tamanho dela, de crimes que não havia viabilidade acusatória aquela denuncia monstro, lá que deu dos 23 casos. E varias vezes vocês vão ver ali quanto ao delito de esbulho possessório e danos simples quanto ao delito de esbulho possessório só pra pegar um exemplo, segundo fato esbulho possessório somente procede perante queixa, cujo o direito por tempo decorrido já decaiu não sendo o ministério publico titular na ação penal. O que eu quero dizer com isso é que delitos de planos simples e delitos de esbulho possessório são delitos que só se procedem mediante queixa crime ou seja, o ministério publico não tem e jamais terá legitimidade

para processá-los, somente o lesado tem o direito, são delitos que o código penal considera, por exemplo calúnia, difamação, injúria, delitos contra a honra. O Estado somente processo se a vítima ajuizar essa ação, porque eles são de esfera íntima, tem delitos que o código entendeu que só se processa se a vítima quiser então nos falasse atribuição pra entrar com esse tipo de ação, então invasão da propriedade sem violência ainda que sejam identificados como invasores nós do ministério público estamos maneados não Podemos fazer nada, eu vou abordar isso um pouco mais adiante quando falar da rejeição da denúncia de ameaça. Então esse arquivamento que o dr. Denílson fez, são vários fatos que ele faz referencia dos danos civis, esbulho possessório, esbulho ou dano todos procedem mediante queixa crime, que nunca foram ofertados. Eu destaquei alguns trechos da sentença pra gente abordar um pouco da questão civil, os srs. Já devem ter visto varias vezes a situação que teria que desativar os acampamentos do MST. Pergunto já ouviram isso? Todos aqui já ouviram que alguém tem que desativar, tudo bem. Essa sentença de reintegração de posse de lavras da dra. Ana Paula Caimi, nos autos do processo ela fala isso aí, o autor afirmou que os requeridos continuam turbando a posse com incêndios, destruição de cercas, derrubada de arvores, então postulou ainda a desativação forçada dos acampamentos. Lá em 2006, entre 03/03 e 20/10 houve esta postulação. Ela no relatório diz foram indeferidos os pedidos de desativação dos acampamentos existentes nas redondezas da áreas em litígio, tudo bem o poder judiciário entendeu por indeferir, constou na decisão dela os acampamentos combatidos pelo autor há uma área arrendada e a outra querida por simpatizantes do MST. E no momento cedida. Como se poderia juridicamente nestes autos interferir na execução destes contratos que abrangem pessoas que se quer fazem parte da relação jurídica processual. Como ela indeferiu essa desativação o proprietário rural ele agravou dessa decisão que negou o pedido de desativação, agravo na decisão do processo, não é finalizando o processo então não é apelação do agravo. Então ao final depois a gente vai dar uma olhada nos agravos, qual é a sentença da dra. Ana nessa ação. Mantém a liminar, anteriormente deferida, que é aquela de reintegração de posse e determina seja o autor mantido na posse, proibindo os requeridos MST, de ingressarem na fazenda coqueiros, sob pena de multa diária de cinqüenta mil e aqui eu peço que os srs. Prestem bastante atenção nisso. Então em suma o que a dra. Ana fez? Ela deu a reintegração, ela mantém a integração e proibiu o MST e seus integrantes, de integrarem na coqueiros, sob pena diária de cinqüenta mil por descumprimento. Intimem-se inclusive por meio de carro de som. Para garantia da satisfação da multa em caso de incidência desde logo adiante ser possível a resto de veículos utilizados por qualquer dos acampados cujo a posse faz presumir a propriedade. Essa a sentença da Dra. Ana 23/10/06. no agravo do instrumento manuseado pelo proprietário rural em 30/08 e foi julgado em 22/09 constou na ementa dele, foi postulado a desativação dos acampamentos localizados em áreas limites as propriedades, impossibilidade do deferimento do pedido frente a questionário da legitimidade da parte, além do problema quanto a operacionalização do ato e das suas conseqüências sociais, situação que apesar de lamentável não autoriza o poder judiciário a extrapolar os limites da legalidade. Constou na decisão o proprietário rural a desativação dos acampamentos existentes nas proximidades da fazenda, eles até falam fazenda guerra, a fazenda coqueiros, aí coloca que antes mesmo de questionar a operacionalidade de conseqüências sociais no caso o deferimento do pedido e questionável até mesmo a sua legitimidade posto que se trata de desativação de acampamentos em propriedades de terceiros, as terras onde estão acampados os trabalhadores são arrendadas ou cedidas e faça-se sua legitimidade para postular a execução da área, a evacuação da área, isso ai é o tribunal de justiça dizendo, com diz apesar de lamentar a situação decorrente não há como amparar a pretensão exposta no

agravo de instrumento devendo ser mantido na íntegra já vem lançada a decisão da dra. Ana. Diante das razões por manifesto em procedência nego o prosseguimento do agravo. Deste agravo o proprietário rural entrou com um outro agravo, atacando um agravo lá no tribunal e ele foi julgado ele entrou dia 10/10 e foi julgado dia 05/12, constando a decisão. Referiu existir legitimidade para o pedido formulado aquele da desativação, questiona o caminho a ser tomado no caso de indeferimento do recurso ante a necessidade de solução do problema pelo estado, eles colocam não há como postular, ao menos na demanda em questão a evacuação de terras que não lhe pertencem, de ação própria, e aí houve a sentença da dra. Ana, desta sentença o proprietário rural não apelou, aquela sentença 23/10, manteve ele na posse, reintegrou a posse, não apelou, o MST apelou ela em janeiro e o recursos foi de 22/08 e foi mantida a decisão. E sobre essa desativação dos acampamentos, o proprietário rural recorreu em petições dirigidas aos órgãos do MST em Porto Alegre, eu digo em porto alegre porque eu sempre faço questão de frisar o dr. Felix nunca adentrou no ministério público de Carazinho pra procurar qualquer promotor aqui, a primeira vez que eu o conheci pessoalmente foi no dia 31/05/07, quando lá estive pra perguntar o que seria feito na audiência pública do dia 15/06 do ano passado, vou abordar um pouco esta audiência pública, mas então, nunca adentrou, no gabinete da dra. Clarissa, do dr. Denílson pra trocar uma idéia, pra perguntar o que poderia ser feito, mas sempre dirigia a corregedoria do ministério público, ao conselho superior, a administração superior, ao procurador geral, o subprocurador regional, sempre em todas as instancias do ministério público fora de Carazinho foi, aqui dentro não foi, e digo isso tranquilamente, porque é verdade, e aí ele constou, que fosse ajuizado uma ação civil pública no sentido de fazer cessar a prática dos crimes, com a desativação forçada dos acampamentos dos autos denominados movimentos sociais, e outra manifestação dirigida ao conselho superior também ele fez contato, é necessário, é imprescindível, é urgente que o ministério público através de promotores especialmente designados ajuizem com a máxima urgência no foro competente a ação civil pública para obter ordem judicial de desativação forçada dos acampamentos. Como nós sempre entendemos seguimos entendendo que o que se tem não deixa de ser um direito disponível, porque a área de terra é um direito disponível, não é um direito do estado, é um direito particular, esse direito é disponível, o proprietário rural é uma pessoa maior e capaz então em tese o ministério público não pode defender direitos individuais de pessoas maiores e capazes, o sr. Conhece a nossa atuação é coletiva, quando ela é individual, quando eu tenho um idoso em situação de risco, eu tenho uma criança em situação de risco, aí sim eu tenho legitimidade individuais, mas em virtude disso ele postulava, nós entendíamos que as coisas chegavam pra nós nunca direto por ele, mas chegavam pra nós, formalizamos uma consulta informal, mas feita por ofício ao nosso centro de apoio operacional civil, e constou a seguinte indagação, se há legitimidade do ministério público, para ingressar com uma ação civil pública contra o MST, visando a retirada compulsória dos integrantes acampados em áreas que lhe pertencem mas que fazem divisas com a propriedade do reclamante, devido alegar mau uso da propriedade, veio a resposta dizendo que aquilo que a gente já sabia, que em tese esse é um direito individual um direito disponível que deve prioritariamente ser exercido pelo proprietário rural, tudo bem, na parte criminal relativo as invasões eu posso dizer então que nós tínhamos denunciado aqueles 61 integrantes do MST por ter invadido a fazenda após já haver a decisão definitiva sobre a reintegração de posse. Aqui tá a denuncia eu já li ela pra vocês antes, e agora já tinha comentado que o fato tinha sido dividido em 10 denuncias impossibilitando inviabilidade acusatória. Concretadas as denuncias houve a decisão da justiça sobre elas, a decisão do dr. Orlando é denuncia inepta, pois não individualiza a conduta de nenhum dos réus a denuncia é inepta porque escreve fato que não é típico e coloca a invasão de terras

pode em algumas circunstancias revelar o crime do art. 561 que é o esbulho possessório, o crime de desobediência entretanto não se dá normalmente quando a própria decisão é mantida como discutida dos denunciados, não faz a ele qualquer referencia, segue indicando ao contrario sansão peculiar como é meio hábil a conferir o cumprimento. Então o que o dr. Orlando disse: não há desobediência na invasão, há esbulho possessório, a quem compete o esbulho possessório, ao proprietário rural, nós não podemos, mas entendemos que havia uma desobediência, eu acho que se eu tenho uma ordem judicial, eu acho que [é desobediência descumprir essa ordem, ainda que tenha só a previsão da multa, é desobediência, mas tudo bem, democracia. O que eu fiz disso, aí ele até colocou: refiro por fim que o prazo para a eventual queixa alusiva ao delito de esbulho, ainda não se esgotou, porque havia seis meses a partir do fato que o fato é 11/04 pra que o proprietário rural ajuizasse a sua queixa crime, bom o ministério publico neste tempo ajuizou uma denuncia por desobediência, mas o juiz finalizou que não havia desobediência, 11/04 tinha até 10/10 pra ajuizar, essa decisão é 24/09, não foi ajuizado o esbulho possessório, nós recorremos de todas as rejeições, essa decisão foi julgada agora em janeiro pela turma recursória em porto Alegre, e constou o seguinte: eles usaram, dois fundamentos, ora um ora outro para rejeitar as denuncias e dizer que não há desobediência, num primeiro disseram que é necessário que haja comprovação de que o autor do fato tenha a inequívoca ciência da ordem, com todo o respeito todos os integrantes do MST, sabem que não podem invadir a coqueiros, é obvio que eu não ter um oficial de justiça que vai mandar um mandato pra cada um, sabiam foi por carro de som, uma decisão que a imprensa publica e notória, tudo bem, respeito, é uma decisão judicial, constou isso é necessária que haja comprovação de o que o fato....., na outra decisão do mesmo processo, disseram que não constitui crime o fato narrado na denuncia, então o que tem? Tem esbulho possessório, se houver uma nova invasão eu to manietado, eu já sei a posição do juiz, eu já sei a posição não adianta eu entrar com desobediência, cabe então o esbulho possessório a quem detém direito, que não é o ministério publico, portanto as novas invasões da fazenda não foram considerados desobediência na ordem judicial. Haveria o crime de esbulho possessório mas esse é de ação penal privada sendo que não foi efetuada em prazo legal de dois meses. Ali eu falo sobre o que é esbulho possessório, invade terreno alheio para fim de esbulho, se a propriedade é particular e não há emprego de violência somente procede mediante queixa. Um aderno importante, quando a Farsul esteve aqui fez um evento na coqueiros depois se dirigiu em marcha no ministério público aquilo foi muito bom, veio alguns dos srs. Estavam lá, foi dito pra todos que estavam lá que nós tínhamos avisado sobre as denuncias, todos ficaram sabendo que tínhamos avisado, até disse não vamos até deixar arrolar como assistente de acusação. Srs. Nada foi feito. Então ninguém pode alegar o desconhecimento das ações, quando houve a decisão do dr. Orlando, que eu respeito rejeitando a denuncia, era do conhecimento de todos os interessados diretos e indiretos existentes no processo. E o dr. Orlando constou sinalizou que cabia esbulho e tava no prazo hábil e mais tava tudo mastigadinho eram 10 processos que eu tive que fazer, tirar xerox e desmembrar. Uma coisa que se diz os srs. Devem ter sempre ouvido o MST não tem viabilidade porque não tem como ir atrás deles, eles não tem personalidade jurídica, quantas vezes ouviram isso, quando houve a comissão parlamentar mista da terra, isso aqui vocês encontram na Internet, existem normas gerais do MST, que eu tentei mas ainda não consegui um exemplar disso que deve ser editado em 1989, ele tem um capitulo denominado personalidade jurídica e isso aqui eu acho que é a coisa mais interessante talvez que vai surpreender vocês porque a mim me surpreendeu é algo novo. O capitulo 14 lá denominado personalidade jurídica e consta no art 105 que o MST possui uma associação com personalidade jurídica, que a associação nacional de

operação agrícola – ANCA, os srs. Devem ouvir falar em ANCA, para fins contábeis e financeiros e em nome da qual deverão estar todos os propriedades e documentos legais do movimento. Capítulo 10 que trata das finanças, todos os bens coletivos moveis e imóveis do movimento deverão ser colocados em nome da associação nacional de cooperação agrícola. Ai eu já comecei a acessar a Internet, e a gente tem ali, o domínio como vocês tem aqui em Carazinho, câmara Carazinho, o MST.org.br, ele pertence a muito tempo a Associação nacional de colonização agrícola, como eu descobri isso? Porque toda a homepage pra entrar na Internet tem que estar vinculado a alguém, quem banca ela, alguém tem que ter o domínio, alguém tem que pagar aquela pagina de manutenção, essa pagina esta registrada a muito tempo em nome da ANCA, o domínio anca foi registrado primeiramente em nome do MST, futrica lá na Internet e eu achei isso ai que eu tenho aqui. A ANCA, ela tem pelo menos umas oito sedes no Brasil incluindo distrito federal, RS, SP, todas estão no nome da mesma pessoa. Resumo isso é uma conclusão minha, é como o MST fosse um nome fantasia da ANCA, porque há uma personalidade jurídica. Nós temos uma Internet ai, não tem, mas é relevante só pra vocês verem, vou mostrar aqui, entrando na pagina do MST, eu simulei dois pedidos, porque lá tem historia do movimento, fotos, eventos, um monte de coisas, e tem lá loja da reforma agrária, onde pode-se comprar produtos do movimento, tudo bem, pode comprar, existem duas maneiras de obter esses produtos, tu pode fazer um boleto bancário, pode receber um boleto ou tu pode fazer, deixa eu ver as formas pode fazer deposito em conta corrente, ou cheque nominal, e ta aqui eu simulei um pedido, eu fiz isso foi dia 05/03, entrei na Internet e simulei uma compra, comprei ali um livro durac, uns anéis, R\$ 31,00 pedido 295, pedimos que seja feito deposito no banco do Brasil, ag. 1531-8 conta corrente 4344-3 assim que identificarmos o deposito enviaremos os produtos. Quantas vezes ouviram falar que não tem conta corrente em nome do MST, mas esta no nome do MST, não, não ta. Mas esta na pagina deles em nome de quem que vocês acham que está esta conta. A juíza disse então não vamos fazer um cheque nominal, pedido 294, eu fiz ele até antes, daí eu comprei um livro, daí deu R\$ 38,00 pedimos que enviem o cheque nominal para Associação Nacional de Cooperação Agrícola endereço Av. Abrão de oliveira SP, assim que recebermos o cheque enviaremos os pedidos. Ou seja, eu tenho uma conta corrente, eu tenho uma personalidade jurídica, eu tenho elementos concretos, agora eu não sou o titular das multas por descumprimento, o ministério publico não é o titular. Eu quero que entendam isso, porque isso a horas vem nos colocando numa situação de pressão, de constrangimento, que nós não fazemos nada, que nós isso, eu vou abordar um pouco mais adiante, elementos pra ir atrás tem a mau juízo tem eu espero que esteja provando aos srs. que sim. Fazendo pesquisa na Internet, ta aqui, domínio, fiz uma simulação como se eu quisesse pegar o domínio MST.org.br, que é o domínio da pagina, e diz que esse domínio já existe, entidade, associação nacional de cooperação agrícola, o CNPJ ta aqui, o nome do responsável ta aqui, ta aqui a ANCA, o domínio anca.org.br, associação nacional de cooperação agrícola, mesmo CNPJ, a Brasil de fato também uma ONG, em nome da associação nacional de cooperação agrícola, mesmo CNPJ. A Associação nacional de cooperação agrícola que é a consulta da receita, a situação cadastral, ela ta ativa, lá em são Paulo, atividades de Associações cooperativas ligadas a cultura e a arte, atividades de associações de defesa de direitos sociais, ta aqui, entidade ativa, tem CNPJ, tem endereço, tem conta bancaria. Eu fiz uma pesquisa fui retroagindo Domínio anca.org.br, responsável m.s.t. bom pode colocar agora na visão do proprietário rural, eu vou ler pra vocês sobre umas coisas que o proprietário rural disse ao ministério público de Carazinho, que era inaceitável, intolerável, deplorável que o MP de Carazinho, na pessoa da promotora ambiental, feche os olhos para a realidade fingindo não ver o que todo mundo vê. Esta matéria pela sua gravidade não pode mais ser escondida debaixo do

tapete como dizera a promotora. Se bem que a gente pode ler só o que esta negrito, já conhecemos por três anos consecutivos a orientação da dra. Clarissa, se voltar para ela o comando da investigação a impunidade dos sem terra, seus financiadores quase certamente ficará garantida. Sobre a dra. Clarissa eu posso dizer que foram ajuizadas cinco ações civis publicas ambientais, sendo quatro de autoria dela. Aí diz que o aumento da violência com grave risco a qualquer momento pode ocorrer choque com vitimas, diz que os criminosos parecem contar com a omissão, a complacência, a empatia, incompreensível a ação do MP Carazinho, que na visão designatária o requerente chega as raias da prevaricação, aumento da criminalidade incentivado pela impunidade dos regimes urgentes pela inação do MP local, nitidamente simpático do ponto de vista ideológico que daí tem orientação política de não orientação das ações dos componentes, aí pede a remoção por não possuírem o grau mínimo de imparcialidade ou equilíbrio exigido para as funções que desempenham, nomeação de promotores livres do compromisso de não criminalização atuação conjugada deste grupo de promotores que não querem investigar e muito menos criminalizar os sem terras. E eu digo ali, foram ajuizadas 15 ações criminais contra o MST, nenhuma contra integrantes da brigada militar. Ai nós temos aqui o deputado Dionilson Marcon, que sempre vem nos encontros e fala, ele é ligado aos movimentos, é publico notório ele é assentado, e isso é uma visão que ele deu no dia 15/06 que nós fizemos uma audiência publica aqui em Carazinho, que ele fala que aqui em Carazinho parece que o time tem cor, e nós precisamos que o time não tenha cor, nós temos que ser isentos nessa questão se a lei vale para os sem terra tem que valer para os outros. Depois dia 25/10/07 na audiência publica em passo fundo, ai ele fez constar que destacou com o dr. Cristiano Ledur que não defende a vida mas a propriedade privada que é contra o movimentos dos trabalhadores rurais dos sem terra, ele até disse que eu era o maior advogado que o proprietário rural podia ter. isso é o que a gente passa srs. Por isso que eu falei no inicio é fácil ser isento, é fácil porque é pau de tudo que é lado, só que eu venho aqui de coração aberto, porque eu não tenho a cara, eu dou a cara pra bater que podem falar um monte de coisa minha, mas nunca ninguém vai poder dizer que eu não faça, que eu não ajo, fazer bem feito podem até achar que eu quero fazer diferente, que o dr. Denilson quer fazer diferente, ou que a Clarissa tinha que fazer diferente. Agora o que compete a nós fazermos a gente fez, e não é pouco. E mais quem me acompanha sabe que a horas eu venho batendo que a gente precisava de uma decisão política, que eu só ia ter uma mudança de posição o dia que o governo federal dissesse se vai ou não vai desapropriar. Quem acompanha, o Sergio acompanha os trabalhos a gente vinha dizendo, porque a gente fez audiência publica em 15/06 do ano passado. Porque a gente queria coletar posição, vamos trazer quem comanda, quem decide e vamos botar uma saia justa, vamos dar o microfone, vamos perguntar e vamos dizer o que é, porque a brigada gasta uma fortuna pra fazer o acompanhamento, e tem gente que grita porque acha que a brigada não tinha que estar aqui, tinha que estar nos bolsões de miséria, combatendo violência e não aqui. Então tem gente que acha que tem que ter brigada para garantir isso e tem gente que acha que não tem que ter, tem que estar em outro lugar. Então a gente sabe que é uma situação insustentável e que é só pressionar. Tem que ter decisão política, o Sergio que me acompanha eu digo Sergio, a gente tem que ter, a gente tem que ter, 15/06 pra nós foi paradigmático será que pra que vai se fazer essa audiência pública. Eu falei: olha a gente vai evoluir, e a gente consegui aqui uma posição do incra, recomendando a desapropriação, e eu em todas as entrevistas que dei, eu sempre tive a cautela e vou morrer com essa cautela dizendo Eu não sou contra, eu não sou a favor que não compete a mim ser contra ou a favor. Agora a expressão que eu disse, se eu to na frente do goleiro ou eu chuto pra fora e agüento a vaia ou eu faço gol e comemoro. Agora eu não posso esperar a vida inteira. E naquela

oportunidade de 15/06/07, a gente teve o incra dizendo: olha entendemos que a desapropriação, recomendamos que desaproprie e mandou o ministério do desenvolvimento agrário MDA, ao ministro Castel. A partir daí a coisa ficou, Brasília, ta aqui, não ta, ta na casa civil, não ta, vai boato aí começou a marcha, porque havia a divulgação de que teria um decreto desapropriatorio pronto, até umas cópias deste decreto. Decreto não assinado posso fazer outro também ali no computador. Então veio aquelas marchas, mas olha tem que definir essa situação, e a coisa não se definia, e graças as ações das marchas houve uma audiência lá em Passo Fundo, onde a procuradora da republica dra. Patrícia Mucsfel, ela começou a officiar pro ministro de desenvolvimento agrário, pra casa civil, pra ver e aí, a quantas anda, como é que ta, vai ou não vai, decidam. O que aconteceu no dia 22/10 lá que foi a audiência publica em Passo Fundo, a casa civil mandou um oficio, dizendo que não tramitava nada lá que não conhecia esse assunto. Depois passado a audiência publica, veio uma retificativa dizendo que Não na verdade tramitava lá, mas estava com a advocacia geral da união. E essa pressão continuou por uma posição, e agora finalmente os srs. Talvez não foi tão divulgado isso, mas finalmente veio uma posição oficial do governo dizendo que a fazenda coqueiros não vai ser desapropriada. Essa posição ela apareceu no jornal zero hora, eu tenho recorte aqui de uma entrevista com o ministro Guilherme Castel, ele dizia ao final de uma entrevista foi na zero hora de domingo que acho que foi em 08/02, onde disse: Tentamos comprar, o proprietário não quer vender e a fazenda não será desapropriada. Foi a primeira vez que nós tivemos uma voz oficial taxativa dizendo Não será é posição de governo. Em 05/03 eu falei pro Sergio, acho que já esta, o lazier Martins fez uma longa entrevista com o ministro Guilherme Castel, e aí perguntou E a Fazenda Coqueiros? E ai em alto em bom som, taxativamente, cristalina, ele diz que a posição do governo esta tomada, a fazenda coqueiros não será desapropriada. Eu disse pro Sergio, eu vibrei com isso, porque se supera uma etapa. Porque até então o que nós tínhamos, quem estava em discussão, o Sergio acompanhou, varias vezes, era o discurso ideológico, estudo da terra, do direito, da reivindicação e do direito da propriedade, obviamente a vida ensinou, não adianta tu sentar e querer discutir se tem um lá e outro cá, não vai chegar no denominador comum. Aquela vez em passo fundo, a pressão lá dentro, a raiva, a sensação que se tinha que se saísse la fora, se eu saísse, tal era o ódio, eu disse: olha não vou flexibilizar na posição das marchas, não vou, tem jurisdição judicial me respaldando, recuem não vão entrar com marcha em Carazinho, e ai finalmente teve, porque que eu sempre defendi que era paradigmático. Porque o próprio ministro disse: não vai ter, nós vamos fazer a reforma agrária? Vamos, mas em outras áreas, não na fazenda coqueiros. Então todo e qualquer ato que acontecer na fazenda coqueiros é de integral responsabilidade do movimento. Eu espero que a coisa diminua, porque eu acho que esvaziou bastante, acho que esvaziou muito, porque deslegitimou a invasão pra querer a desapropriação, acabou já tem posição oficial que não vai ser desapropriado. Quanto ao MP, tenho uns colegas em Porto Alegre, que tão analisando a situação macro do MST no estado, não a situação de Carazinho, porque nós não temos um problema em Carazinho, nós temos uma situação em Carazinho, nós temos uma situação em Santa Rita, uma situação em São Gabriel, uma situação lá em baixo em Pedro Osório, então tem colegas analisando esta situação do ponto de vista macro pra estudar medidas em âmbito estadual. Quais são as medidas? Bom, isso ta em estudo a situação é extremamente delicada, vocês viram ali pelas posições judiciais, não é uma solução simples, envolve, não adianta tu remeter algo pro judiciário deste dia, decisão judicial ela é um papel, até se tornar um mundo real, vai um caminho gigantesco. Então o que eu tinha primeiramente pra colocar é isso aí, e já finalizando é basicamente isso, poder expor pros srs. Tudo que a gente fez, e deixar claro que a nossa parte ta sendo

feita, agora tem um monte de coisas, que não nos compete fazer, eu não posso entrar com esbulho, eu não posso entrar com ameaças se eu não tenho representação, eu não posso entrar com ação de danos, eu não posso executar multa no interdito e se fosse comigo eu já teria ido atrás, porque eu não precisei fazer nenhuma mágica pra obter conta corrente, como eu falei se a gente tivesse Internet aqui, eu abria pra vocês e mostrava agora, isso ta na Internet pra quem quiser ver. Então eu não sou o destinatário, o ministério publico não é o destinatário das multas, repito, o que nós temos pra fazer a gente ta fazendo. E sempre vai estar aberto, eu faço questão pelas oportunidade se tiverem em outros termos eu acho ótima a gente ter esse encontro aqui, o Cláudio a gente volta e meia bate um papo na rua, o azir nos corredores do fórum, a gente não te porque esconder a nossa entidade esta aberta, a porta esta sempre aberta, o gabinete do promotor esta sempre aberto, ali ninguém tem maior formalidade, agora digo da nossa dor também, da nossa mágoa, de ficar sofrendo criticas e os senhores viram o teor das criticas, e ao meu juízo a injustiça das criticas e mais sem nunca ter entrado num gabinete pra conversar, pra trocar uma idéia, pra perguntar o que acha, porque não faz isso, pra poder se explicar, olha não posso fazer assim, me falece, não tenho o direito. E muitas coisas que vocês devem ter ouvido falar também, Há a criação de um estado paralelo, quem não ouviu essa situação? A tomada do poder, isso é lei de segurança nacional, isso não é matéria estadual, isso é matéria federal, isso ta a cargo da dra. Patrícia que eu sei de antemão ta fazendo um trabalho nisso. Só que não cabe a mim, ao Denílson, a Clarissa, ao Eduardo fazer nada relativo a lei de segurança nacional. Então faço isso aqui como um tom de desabafo também, porque vocês viram que vou usar a expressão: o pau que se tomou nisso daí, o desgaste que a gente teve, só vivendo lá pra saber, o tempo que já se perdeu fazendo ações e estudando e arquivando e ora eram representações contra a brigada militar, porque a brigada fez isso, na saída do acampamento, olha eu tenho dois expedientes lá que eu estou concluindo e uma promoção esta com quarenta laudos e outra eu acho que ta com umas trinta já e eu encerro fazendo esses esclarecimentos, eu me coloco integralmente a disposição pra qualquer questionamento, desculpe se eu fui um pouco prolixo, um pouco enfadonho com que eu expus aqui, mas eu fico a disposição para qualquer questionamento, até pra gente trocar uma idéia. Agradeço a oportunidade. **Presidente Vereador Luiz Leite** primeiramente queremos agradecer esta excelente explanação do dr. Ledur, e deixar aberto aos vereadores para algum questionamento, alguma pergunta, e iniciando pelo Vereador Antonio Azir **Vereador Antonio Azir** primeiramente nós agradecemos a disposição, a presença do dr. Cristiano Ledur, por vir a esta casa, explicar tudo o que o MP de Carazinho tem realizado em relação a fazenda coqueiros, nós já tínhamos conhecimento de todo esse trabalho, creio eu que algum vereador levado muitas vezes até pelas colocações de somente um lado ou das colocações do proprietário, em algum momento nesta casa, até usando do cargo e isso é uma prerrogativa do vereador de repente sem conhecimento sem conhecer realmente as medidas tomadas pelo ministério publico de Carazinho, infelizmente levantou esta questão da provável ou parcialidade do ministério público vinha agindo em relação a este caso. Nós ficamos sabendo tudo o que aconteceu, já sabíamos por jornais e a gente que acompanha no fórum diariamente no próprio MP, acontece, sabemos o trabalho de todos os promotores de Carazinho que trabalham muito mesmo, em todas as questões e não seria nesta questão que estariam sendo relapsos de forma alguma. Então parabenizamos realmente o trabalho do promotor Cristiano, também assim como o da dra. Clarissa, também do dr. Denílson, que também atuou bastante nesta questão, e até eu não fiquei surpreso quando o promotor Cristiano ledur nos disse que o proprietário Felix Guerra nunca foi conversar aqui em Carazinho com o MP, porque faz parte realmente da personalidade deste proprietário que acha que esta acima do bem e do mal.

Eu sou carazinhense, nasci aqui, mas independentemente desse proprietário ter grandes problemas nas suas propriedades, quero dizer que é um parasita da nossa sociedade aqui em Carazinho, porque todos os imóveis que eu conheço desse senhor, estão virado em capoeiras, estão travando o progresso o desenvolvimento da nossa sociedade, não vejo esse senhor colaborar em um movimento comunitário algum, nunca vi esse senhor comprar algum galetto com massa, de uma comunidade, para auxiliar a nossa comunidade, respeito a propriedade privada, porque isso é um direito constitucional, mas nós sabemos que este latifúndio do Felix guerra, começou a produzir a pouco tempo, anos atrás era uma vergonha o que se tinha nesta área, a produção de poucos anos atrás ela era muito, muito, muito abaixo da media de toda a nossa região, lá nós vimos muitas e muitas madeiras apodrecendo enquanto muitas pessoas necessitam de reformar suas casas e de construir pequenas casas e nós vimos muitas madeiras apodrecendo lá quando esse senhor tinha lá uma serraria e que na época não tinha licença de FEPAM, não tinha licença de nada e abusava realmente do meio ambiente. E começou a produzir quando o movimento dos sem terra começou também a visar esta grande propriedade então eu quero deixar registrado como vereador e a imprensa esta aqui e se quiser divulgar pode divulgar eu não posso ser contra a lei porque a constituição realmente da o direito a propriedade privada e atualmente essa propriedade esta produzindo conforme os índices do incra e o próprio poder constituído declarou de que não será uma área para assentamento, mas quero deixar bem claro a minha posição, não é a primeira vez que eu tomo posição a respeito disso que o movimento sem terra realmente abusa comete crimes, comete delitos, porque infelizmente falta uma reforma agrária seria no Brasil de assentamento, falta uma política agrícola aos pequenos proprietários principalmente aqueles que são assentados uma seriedade nisso. Porque nós temos exemplos de assentamentos próximos aqui da nossa região onde muitos arrendaram suas terras, muitos venderam suas terras porque esta provado que a pequena propriedade é somente para o plantio de soja, de milho, ela é inviável. Mas queremos parabenizar finalmente, para finalizar a atuação do Ministério público de Carazinho, até porque conhecemos todos os promotores da nossa comarca e de nossa pessoa pode se ter certeza Dr. Cristiano, nós sabíamos de que o sr. e os seus colegas estavam fazendo tudo que a lei permitia, tudo o que realmente que estivesse ao seu alcance para manter dentro da legalidade aquilo que é o direito, ou seja o direito da propriedade e parabenizo também, eu estive participando daquela audiência no fórum com a dra. Marlene, onde o dr. Cristiano estava junto a pressão dos deputados, a pressão de algumas lideranças para que o interdito fosse liberado, fosse revogado e realmente o sr. com muita postura e também a dra. Marlene se mantiveram firmes na sua decisão não deixando que aquela marcha tanto da FARSUL, como a dos trabalhadores dos sem terra viessem a Carazinho evitando possivelmente até uma tragédia naquele momento que poderia acontecer aqui no nosso município ou no município de coqueiros. Então eu quero deixar os meus parabéns e isso é o trabalho do Ministério publico e agradecimento por o sr. ter aceito o convite desta casa para vir até aqui dizer tudo o que foi feito, o que foi realizado neste caso da fazenda. Obrigado. **Presidente Vereador Luiz Leite** anteriormente de passar a palavra ao Vereador Vilson Paese, quero cumprimentar as demais pessoas que se fazem presentes no plenário meu amigo Nelson Portilio, Luiz da rotoplastic, Sandra Citolin, minha amiga de muitos anos, nosso amigo Veiga.passo a palavra então ao Vereador Vilson Paese para as suas considerações **Vereador Vilson Paese** primeiramente cumprimento a Cristiano ledur e em seu nome a todos os promotores que trabalharam em todas as ações com relação a fazenda coqueiros. Eu faço uma pergunta ao promotor, que existe na lei que toda a propriedade invadida não será desapropriada isso tem na lei. Mas toda a propriedade produtiva não será desapropriada. Esta na lei. E nós acompanhando o

movimento dos ditos sem terra e até foi apresentado em todas as ações que o ministério publico atuou esse movimento preocupa muito este vereador, preocupa todas as pessoas de bem e nesse pais que nós deveríamos ter uma reforma agrária realmente verdadeira, mas dar terra a quem não tem e quem entende de terra ele quer trabalhar na terra, e aonde haja terra disponível, e nós sabemos que tu colocaste que o produtor com muita propriedade até onde o ministério público pode ir, que muita coisa, muitas coisas este vereador não tinha conhecimento, e nós sempre fomos a favor ao direito e a ordem pública e o meu direito vai até onde vai o direito do outro, mas eu vejo que uma das maiores organizações deste país é do movimento do dito sem terra e que eles não tem razão social porque você buscou na Internet e eles criaram essa ANCA, e que a razão que esta instituição ela é para fins sociais e tal, e na realidade é a fim de invadir e nós acompanhamos muita coisa triste que eles cometeram nesta área, se o sr. proprietário também não é simpático, não faz muita coisa na área social aqui, eu acho que isso é de conhecimento de toda a sociedade, mas ele é proprietário, a área desse sr. é o pulmão verde de Carazinho. Então a nossa preocupação também que numa invasão e numa desapropriação desta área vai acabar, o bom oxigênio que ainda nós temos e fiquei feliz dr. Ledur, quando nós vimos que houve cinco ações movida pelo ministério publico sobre o meio ambiente. O meio ambiente que preocupa a todos nós. Então só para concluir e com aquelas duas colocações que eu fiz área produtiva não deverá ser desapropriada e toda a área invadida também não será motivos para desapropriar. Eu quero mais uma vez parabeniza-lo e que bom que o ministério publico na sua pessoa hoje dr. Ledur veio aqui no legislativo trazer estes esclarecimentos para que nós possamos também transmitir aos demais de todas essas ações aonde o ministério publico judiciário trabalhou e atuou sobre essas ações. Parabéns e eu gostaria de que se for possível que o sr. confirmasse ou que o sr. discordasse dessas duas colocações sobre a desapropriação. **Promotor de Justiça Cristiano Ledur** área invadida não pode ser desapropriada, só que, não estavam se dando conta disso talvez acreditando que isso não ia ser usado até que depois a ouvidora agrária nacional o desembargador Gercino ele teve aqui nos encontros, ele disse olha nós te os até um limitador legal terra invadida não poderá ser desapropriada. E isso ta valendo terra invadida não pode ser desapropriada. Quanto a questão da produtividade, ela não é definitiva porque existe a desapropriação por interesse social, e ai ela pode ser desapropriada mesmo sendo produtiva. Eu acho que seria uma aventura jurídica tentar fazer isso, porque não ia levar a lugar nenhum, ia ter recursos isso ai ia se arrastar no STF. Mas existe coisas que são ditas interna corpures, um lado diz, outro diz e na hora de dizer em público não querem dizer. Falou-se, isso é comentado que há um temor no seguinte sentido Se há uma desapropriação normal ela receberia em títulos da divida agrária, se há uma desapropriação por interesse pessoal, recebe "queche", na hora, então o que acontece a pessoa tem interesse em vender uma área, mas ela quer receber imediatamente, então o que faria se submeteria a uma desapropriação por interesse social, não vai contestar isso, na verdade tem interesse e ai recebe automaticamente o dinheiro, daí se abre o precedente, mas como que não pede desapropriar por interesse social, eu tenho um caso aqui que eu desapropriei, o proprietário nem recorreu. Então isso é uma tese o pessoal comentava e tinha medo que se fizesse isso, na verdade tu faz a compra e venda para poder liberar aquele que esta perdendo a terra e vai receber indenização imediata só que isso será feito na forma de desapropriação de interesse social, abre-se o precedente porque legalmente o que é feito uma desapropriação de interesse social eu digo isso só a titulo de enriquecer o debate, não sei se já teve algum precedente mas isso era comentado informalmente que os setores teriam medo que abrissem em algum lugar um precedente que eu acho que esse medo permanece, quem é do setor agrário aqui, acho que esse medo, esse receio, ainda

permanece, que uma hora dessas haja uma desapropriação por interesse social e ela não seja contestada. Mas a terra invadida não puder segue. **Presidente Vereador Luiz Leite** passamos a palavra ao Vereador Felipe Sálvia **Vereador Felipe Sálvia** quero saudar o promotor Cristiano Ledur, dizer que eu fui um dos vereadores, sou um dos vereadores que mais cobrou das autoridades e a promotoria deve saber disso, no ultimo oficio que eu mandei, eu até usei uma palavra depois me veio um oficio lá da promotoria e eu pedi escusas, porque as vezes no intuito, também não sou bacharel, um advogado pra escrever bem, eu faço do jeito que eu posso e do jeito que o povo me pede, minha preocupação sobre o movimento dos sem terra sempre foi de que se invadissem a fazenda coqueiros, que eu sei que não ser invadida mais, também acompanho pela imprensa, acompanho os trabalhos dos senhores, que fosse um caminho pra invadir mais terras na nossa região. Então esse era o meu receio, e como homem do povo, um vereador dos mais antigos aqui eu quero dizer que a 1ª vez que eu vejo um promotor vim até esta casa, da forma simples, transparente e explanar de uma forma bonita, fácil de entender, pra todos os vereadores, isso é interessante porque o paese disse, eu também não sabia que tantas ações em favor do meio ambiente que a dra. Clarissa ingressou. Eu fico triste quando eu vejo um agricultor, cada um tem o seu modo de pensar dentro desta casa, nós não podemos pensar igual, agora eu não posso e não gosto de admitir que queimem, que destruam, que destruam os arvoredos, e quando uma pessoa quer cortar uma arvores aqui no centro tem que pedir licença pa Patran, pro ibama, tem que pedir licença, mas lá eles destruíram centenas de arvores, destruíram a gente foi lá ver, então é por causa disso que eu fazia as denuncias, eu fazia os requerimentos não só pra promotoria, mas era pra todas as autoridades até quem bate os ofícios, dizia Bah, Salvia, tu faz, seguidamente ta fazendo isso ai, mas a gente é eleito pra isso, ganho pra isso, pra trabalhar e pra reclamar quando o povo me pede, nada contra a promotoria, eu quero que fique bem claro, eu sei do trabalho da promotoria, conheci por ser o vereador mais antigo da casa conheci vários promotores e sempre quando não obtive êxito nesta casa, eu sempre me socorri, na promotoria. As vezes conseguindo êxito, as vezes não, mas fazendo o meu papel, muito obrigado sr. presidente, muito obrigado por ter vindo a esta casa sr. promotor. **Promotor Cristiano Ledur** primeiro lugar eu quero agradecer a oportunidade, eu vim aqui pra fazer um desabafo porque é uma coisa que eu queria fazer a muito tempo, porque a pressão, eu digo vocês puderam ler era uma vontade que eu tinha a horas de vir porque eu via que havia um desconhecimento da situação e eu dizia aquela questão dificuldades, providencias vocês conversava os juizes e a brigada também não agüentava mais, bom eu falei com o coronel dal Bosco, que disse Bah, eu não agüento mais as coisas, e eu pedia mas o que? Então eu jamais vou me chatear, eu acho que a gente vive em democracia, e ninguém ta imune a critica, então podem me criticar a vontade, mas vão me criticar numa boa, vamos na minha sala, vamos me mandar um oficio, vamos me dar uma chance de falar e não quererem me prejudicar em todas as instancias da minha instituição, sem nunca ter olhado na minha cara, sem nunca ter falado comigo, sem nunca ter conversado pra saber o que eu faço, dizer que eu sou isso, sou aquilo, isso como cidadão, como pessoa, isso derruba, porque a minha vontade de vir aqui hoje era pra dar um pouco de substrato para que possam chegar amanhã ou depois e dizer e o sr. fez o que? O sr. entrou com uma ação alem daquela do 03/03? E a coisa aqui ta fervendo depois de 03/03, depois daquela desocupação, só nos últimos dois anos. O que, que compete ao proprietário que foi ajuizado nos últimos dois anos, entrou com alguma ação própria pra desativar acampamento....(erro no sistema do som radio pro-plenario por alguns segundos) usar algum processo, não sei, agora sei que, nesses dois anos, o tempo inteiro e mais retiradamente em 2007, depois que não conseguiu o provimento do judiciário, começou atacar sistematicamente em todas as

instancias institucionais o MP de Carazinho e pessoalizando questões, sem nunca, repito sem nenhum de nós ter dado as a isso, nunca ninguém bateu uma porta nunca ninguém foi descortês, nunca, e eu digo isso porque eu to aqui e eu olho pro de carli, eu olho pro salvia, pô vocês me conhecem, pelo amor de deus, olho pro Cláudio, eu sou um cara que posso pecar pela informalidade, mas nunca ninguém vai poder dizer que eu sou cheio, que eu não recebo, que eu isso, que eu aquilo, esse é o episódio que mais me magoou nos meus sete anos de carreira, pela injustiça que as vezes a gente encontrava o pessoal de Porto Alegre e diziam bah o cara teve aqui de novo, mas pelo amor de deus, porque o cara não vai lá, porque o cara não vai conversar com a gente, pelo amor de deus porque isso? Mas não, a gente é simpaticante, a gente não fala, a gente prevarica, por favor, queria muito fazer isso, vim aqui como um desabafo, e poder munir os srs. Para depois não dizer tudo bem, mas o pessoal mostrou o que fez, e eu sinceramente eu acho que não é pouco, não é pouco mesmo se fez não é pouco, e essa posição que a gente tem hoje, do ministro dizendo que não vai haver desapropriação pode ter certeza que isso só veio porque começou, que a gente conseguiu publicizar via ação civil publica, via audiência publica, via questão das marchas, via da audiência lá em Passo Fundo, não fosse isso srs. Com todo o respeito não ia ter ação oficial nenhuma, ah não ia mesmo, e ia empurrar indefinido. Então é só isso não há problema nenhum isso aqui é um desabafo, eu vou pra casa leve hoje. **Presidente Vereador Luiz Leite** passamos a palavra ao Vereador Adroaldo De Carli, para perguntas ou considerações. **Vereador Adroaldo De Carli** dr. Cristiano ledur, primeiro queria saúda-lo e imediatamente também elogiá-lo a sua atitude de vir a esta casa e tomar a iniciativa e também explicar, pode ter certeza dr. Cristiano, que o sr. não esta explicando só pra dez pessoas, mas dando ciência pra comunidade de Carazinho, que aqui esta sim nós representantes da comunidade de Carazinho, os dez vereadores que representam esta comunidade com certeza nós também ouvimos muitos comentários a respeito de ações do ministério publico, dos sem terras, mas realmente muito superficial, em cima do que a imprensa diz, a imprensa evidentemente por mais que se esforce não te condições de colocar todo o teor que contem então hoje o sr. entrou num aspecto bastante simples, de fácil interpretação, nos mostrou realmente a atitude que o ministério publico ta tomando a respeito desta questão, até tempos atrás, um mês dois meses atrás eu havia lido no jornal do comercio da capital uma matéria realmente neste contexto, onde o proprietário sempre iria no Ministério publico de Porto Alegre, corregedoria, enfim fazer as suas reclamações e denuncias. Então nós observamos ai que esta matéria apresentada é de suma importância, cinco ações ambientais já foram feitas, o próprio ministério publico esta tomando muitas vezes a iniciativa que nem teria a necessidade de tomar e nós realmente estranhamos realmente muito mesmo o proprietário que na minha idéia estava em permanente contato com o ministério publico de Carazinho com os srs. Promotores de justiça. E nós observamos e agora o sr. falando ai que isso não aconteceu uma única vez, o que nos deixa e causa bastante estranheza, mas isso que é importante dr. Cristiano. Trazer para a comunidade a real situação o que esta ocorrendo de fato, então a gente quer parabenizá-lo também extensivo aos seus colegas dra. Clarissa, dr. Denílson, dr. Eduardo que lá esta atuando, o nosso reconhecimento realmente pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pelo MP de Carazinho e que muito orgulha a nossa comunidade e pra finalizar dr. Cristiano solicitar que nós tomamos o conhecimento do que o sr. nos colocou, de repente esse material é seu pessoal, mas não sei se é possível nos encaminhar algum material desse que foi colocado para a gente poder também termos um conhecimento mais aprofundado e realmente falar quando a comunidade nos solicita o que realmente de fato o que esta ocorrendo e qual é a atuação do ministério público numa questão tão importante já que Carazinho, nós sabemos que a economia local é oriunda na questão do agro negocio

que é o envolvimento direto desses movimento do MST como é a questão dos agricultores, e também parabenizá-lo dr. Cristiano, o pessoal que teve a iniciativa de promover aquela ação se eu não estiver falando corretamente, o sr. me corrige de impedir que as invasões, essa marcha viesse realmente criar um transtorno muito grande na comarca de Carazinho e a dra. Marlene acatou a sua solicitação, então a gente realmente conhece o seu trabalho e realmente tem se dedicado muito e a gente sabe que nem o sr. falou quanto e quanto tempo, quantas horas e o trabalho que foi desprendido em cima de um assunto, enquanto sabemos que a demanda por ai da comunidade em outros assuntos também merecem atenção porque não é fácil pra promotoria. Seria isso, nosso reconhecimento e também novamente elogiá-lo por sua atitude de vir aqui na câmara de vereadores que é a casa do povo realmente dar a sua explanação, sobre o assunto, obrigado. **Presidente Vereador Luiz Leite** com a palavra agora o Vereador Cláudio Santos **Vereador Cláudio Santos** sr. presidente, colegas vereadores, dr. Cristiano, só para colaborar com algumas palavras que o sr. colocou anteriormente, na forma em que eu fiz esse requerimento a mesa diretora para que o sr. ocupasse o espaço da tribuna livre da ultima reunião do mês, da mesma forma bem simples conforme o sr. tinha colocado nos cruzamos em atravessar a rua em frente do Ministério Público, quando eu estava no cargo de presidente da câmara quando o Vereador Luiz Leite estava como prefeito, nós recebemos essas informações, me solicitou que tivesse oportunidade de vir a casa pra passar os vereadores tudo aquilo que o MP já havia feito com relação a essas invasões que aconteciam aqui na fazenda coqueiros, e parabenizar sem duvida até momentos em que nós podemos nos cruzar, trocar idéias, conversar, foi dali também dr. Cristiano de uma forma muito simples, que o sr. juntamente com outros colegas conversaram comigo e com o Vereador Antonio Azir, pra que o MP fosse aos bairros também dar explicações, levar a comunidade aqueles anseios que a comunidade tem. Então parabenizar desta forma a atitude e acho que nós devíamos em outras oportunidades, não só com a questão da fazenda coqueiros, mas em outros trabalhos também que o MP presta em Carazinho fazer com que essa relação, essa inter relação do MP e câmara dos vereadores possa fluir cada vez mais e sabemos também de que vocês esperavam porque o comentário era que a comunidade de que estavam tentando de todas as formas a transferência dos promotores de Carazinho que iam fazer de tudo para que os promotores fossem transferidos por essa questão, que estão do lado do MST, a própria dra. Marlene, não sei se aconteceu com o sr. de ser ameaçado por toda essa situação que ela sustentou. Então situações bastante difíceis que vocês certamente passaram por aquilo que entendiam estar fazendo corretamente, e como foi dito antes por outros vereadores eu acho que nós devemos nos orgulhar dessas atitudes que o ministério público aqui de Carazinho tomou e em outras oportunidades também em outros tipos de trabalhos que nós possamos ter um pouco mais de conhecimento até pra que possamos e eu comentava com o Vereador Azir e os demais vereadores me dão razão neste ponto, nós também somos coadjuvantes nesse requerimento porque foi aprovado por unanimidade, mesmo sabendo alguns vereadores, sabendo da atitude do ministério público nós acabamos votando por unanimidade esse requerimento, implorando a atitude do ministério público sem saber de tudo isso que o ministério publico fazia nesta questão. Só parabenizar e dizer que sem duvida alguma Carazinho ganha com essa atuação porque toda a vez que ela vai ganhando proporção a nível de estado, a nível de país, também pelo trabalho de vocês é que o município de Carazinho consegue ganhar então só para parabenizar e dizer que sem duvida nenhuma a casa sempre estará aberta para que possa trazer outras informações referentes ao MP e dizer de que forma surgiu esta vinda sua até esta casa de forma bastante simples e corriqueira. **Presidente Vereador Luiz Leite** não havendo mais vereador querendo se manifestar deixo a palavra

para as considerações finais do nosso promotor de justiça Cristiano Ledur. **Promotor Cristiano Ledur.** Vereador Adroaldo De Carli vou estar disponibilizando algumas coisas, naturalmente são ainda processos em segredo de justiça, mas eu vou disponibilizar um relatório de tudo que já foi feito, e só fazer um esclarecimento, porque são cinco ações ambientais e quatro pela dr. Clarissa, alguém pode perguntar e essa quinta, eu já explico essa quinta. Tinha sido apurado um dano ambiental de R\$ 165,00, a dra. Clarissa entendeu que ajuizar uma ação civil publica de R\$ 165,00 onde obrigaria o MST a reparar o dano dentro da propriedade era além do valor ser irrisório pra movimentar a maquina judicial, obrigar eles a arrumar um dano de propriedade é uma coisa absolutamente inviável. E ela fez o arquivamento disso, esse arquivamento é dado ciência ao proprietário e ai o proprietário disse mundos e fundos aquilo mais ou menos que os srs. Viram ali, isso foi pra Porto Alegre, lá também juntou toda a documentação e acabaram então como ela mantém, não vejo motivo pra ajuizar nisso, então ai designaram dois promotores de Porto Alegre pra ajuizar essa ação, essa ação tramita aqui na 1ª vara, se eu não me engano são R\$ 160,00 e a dra. Clarissa ela fez isso muito tranqüilamente na época porque se não me engano a data talvez 03 ou 04 meses antes, mas a situação rigorosamente igual mas de valor de R\$ 270,00, o valor bem maior ela tinha arquivado e ai foi acolhida a promoção de arquivamento, depois gerou a ação. Só essa quinta ação que é de R\$ 160,00 as outras é de R\$ 3.000,00, 5.000,00, 10.000,00 por aí, essas ela ajuizou porque tinha uma relevância, tinha um dano uma indenização e a de R\$ 165,00 ela disse olha, não posso, acho que não é só pelo valor, mas pela inviabilidade total de mandato que o MST reflorreste R\$ 165,00, ela entendeu que seria até um afronta ao próprio proprietário rural depois o pessoal tem que entrar na área dele. É então o que eu digo, não tem nenhum, não tenho magoa de ninguém de maneira que o oficio de modo algum vocês não se preocupem com isso em hipótese alguma. Eu acho que as coisas são boas porque acontecem e nos possibilitam vir aqui. A idéia hoje era exatamente isso, era munir os srs., mostrar desmistificar as situações, eu tenho estudado bastante essa questão do MST, quem quer crescer não vai conseguir crescer escondendo a cara o resto da vida, não tem, ta ai, personalidade jurídica, tem CNPJ, te conta bancaria, não é dele é da ANCA, bom a anca e a pagina, a anca ta ali em normas gerais, então era dizer isso, fazer esse desabafo, que amanhã ou depois e essa situação não acaba aqui, não sei se não vão invadir de novo a fazenda, não tenho como prever isso, acho que esvaziou, acho que a decisão federal esvazia, podem até invadir de novo, mas então vai ser pra fazer pressão pra desapropriar outro lugar que a coqueiros não desapropria. Posição tomada. Então é isso, mais uma vez agradecer tremendamente a oportunidade e espero ter munido os srs, de elementos que possibilitem amanhã ou depois poderem questionar. E vossa excelência o que fez? **Presidente Vereador Luiz Leite** agradecemos a sua presença e creio que não deixou duvidas nenhuma para os srs. Vereadores e demais pessoas que nos acompanham na reunião desta noite e disponibilizamos esse tempo ficou a seu critério o que fosse necessário para que o sr. pudesse transmitir a todos os vereadores, a imprensa aqui presente e demais assistentes desta reunião, desta sessão, o que realmente aconteceu o ministério público deste impasse com o MST e acho que foi muito gratificante, acho não tenho certeza, que clareou muitas duvidas dr. Que pairavam sobre este poder e diferentes pensamentos sobre as invasões e também sobre o proprietário da área. Então o sr. foi muito feliz ao deixar muito claro, o ministério publico agiu imparcialmente, agiu dentro das suas funções como tinha que agir sem estar protegendo A ou B, agindo dentro da lei, então isso nos clareou muito bem deixou claro que Carazinho esta sim muito bem representado pelo nosso MP, pelos promotores que aqui estão, pelos juizes que aqui estão também pelo nosso poder judiciário e tomaram as medidas nos momentos certos, corretos, exatos para inibir até especulações futuras sobre

o que aconteceu na fazenda coqueiros. Então nós agradecemos a sua presença e deixamos a nossa casa, o poder legislativo a sua disposição, a disposição de seus colegas para quando quiserem retornar com assuntos de interesse de nossa comunidade. Mais uma vez deixamos o nosso muito obrigado pela sua presença, leve também um abraço dos demais vereadores desta casa, aos seus colegas, e continuamos aqui com as portas abertas para tudo o que precisar do nosso poder legislativo. Muito obrigado...vamos dar um intervalo de cinco minutos, para os senhores vereadores e demais pessoas que aqui estão para que possamos relaxar um pouquinho depois destas explicações que aqui ouvimos. Obrigado. (intervalo) **Vereador Felipe Sálvia** questão de ordem sr. presidente.eu gostaria de sugerir se haver acordo de lideranças pra ser votado, não foi lido mas já fica o meu pedido já antecipado os requerimentos, moções e projetos em bloco. **Presidente Vereador Luiz Leite** pois não vereador. Solicito ao sr. secretário para que faça a leitura das indicações, requerimentos e moções **Secretário Vereador Cláudio Santos** indicações do Vereador Luiz Leite PDT I. 573/304/08 Solicita a realização de trabalhos de patrolamento, cascalhamento, compactação e limpeza da rua Pedro Viau no bairro Camaquã. Solicitação dos moradores que reclamam da precariedade em que se encontra a rua; Solicita reparos no calçamento da rua Cristóvão Colombo no bairro São Pedro. Solicitação dos moradores da rua; Solicita trabalhos de capina e limpeza na rua Coronel. Peri S. de Pádua, no bairro Medianeira. Solicitação dos moradores da rua que reclamam da grande quantidade de mato existente na rua; Solicita trabalhos de patrolamento, cascalhamento, compactação e limpeza da rua Tapera, no bairro Fey. Solicitação dos moradores que reclamam de em dias chuvosos não conseguirem trafegar pela rua; Solicita reparos na pavimentação asfáltica da rua Guilherme Becon, principalmente em frente ao Posto de Saúde e da Escola Carlinda de Brito, no bairro Vila Rica. Solicitação dos moradores e alunos da escola; Solicita reparos no calçamento da rua Paissandu, no bairro Glória. Solicitação dos moradores da rua; Solicita reparos no calçamento da rua Afonso Pena, no bairro Broecker. Solicitação dos moradores da rua; Solicita capina e limpeza da rua Amarolino B. dos Santos, no bairro São Jorge. Tal solicitação vem em decorrência da grande quantidade de mato existente na referida rua; Solicita capina e limpeza na rua Santa Terezinha, no bairro Santo Antônio. Solicitação dos moradores da rua; Solicita reparos na pavimentação asfáltica da rua Vitória, no bairro Floresta. Tal solicitação vem em decorrência das inúmeras irregularidades encontradas na rua; Solicita a colocação de paralelepípedos (meio-fio) na rua Dona Júlia em frente ao número 775, no bairro Santo Antônio; Solicita ao Sr. Prefeito Municipal, para que determine ao setor competente a poda dos galhos das arvores e limpeza das passarelas na rua dos Pinheiros, acesso aos cemitérios municipal e católico. Devido à falta de conservação das passarelas e aos galhos que atrapalham a locomoção pela passarela, as pessoas necessitam caminhar pela via pública trazendo riscos a si e aos motoristas que trafegam pelo local. I. 574/305/08 Solicita a realização de melhorias em toda a extensão da Rua João Kraemmer, B. Sommer. Vereador Jaime Fragoso PSDB I. 575/306/08 Solicita a realização de melhorias para a Rua Presidente Vargas, B. Vargas; Vereador Jaime Fragoso PSDB I. 576/307/08 Solicita a Secretaria de Obras a realização melhorias para a Rua Xavantes, B. conceição, tais como: limpeza com capina no canteiro central entre as ruas Minuanos e Fernando Ferrari; patrolamento, cascalhamento e compactação, principalmente nos trechos de ligação com a pavimentação que encontra-se desgastado pela erosão e retirada de entulhos depositados na referida rua; Vereador Jaime Fragoso PSDB I. 577/308/08 Solicita ao Executivo para que determine a Secretaria de Saúde, para designar a Vigilância Sanitária, na pessoa do Sr. André Prado, para que faça serviços de fiscalização, na Rua Pedro Viau e Buenos Aires, Bairro Camaquã. Vereador Marcos Soares PTB I. 578/309/08 Solicita ao Executivo para que determine ao

setor competente, para que estude a possibilidade de realizar o calçamento da Rua Caçapava entre a Rua Eugênio Weidlich e Rua Cuiabá, Bairro Floresta; Vereador Marcos Soares PTB I. 579/310/08N Solicita ao Executivo para que determine ao setor competente, para que estude a possibilidade de pavimentação asfáltica da Rua Monte Alegre e da Rua Itaqui, no Bairro Floresta; Vereador Marcos Soares PTB I. 580/311/08 Solicita ao Executivo para que determine ao setor competente, para que estude a possibilidade de patrolamento, cascalhamento e compactação das ruas do Bairro Floresta; Vereador Marcos Soares PTB I. 581/312/08 Solicita ao Executivo para que determine ao setor competente, a Secretaria de Obras, para que estude a possibilidade do calçamento da Rua Riachuelo entre as ruas Tijuca e Visconde de Pelotas, Bairro Aurora; Vereador Marcos Soares PTB I. 582/313/08 Solicita ao Executivo para que determine ao setor competente, a Secretaria de Obras, para que estude a possibilidade de pavimentação asfáltica da rua José Biachi, no Bairro Hípica; Vereador Marcos Soares PTB I. 583/314/08 Solicita ao Executivo para que determine ao setor competente, para que coloque abrigo de ônibus, no Residencial Aparecida; Vereador Marcos Soares PTB I. 584/315/08 Solicita à colocação de placa indicativa na Pracinha existente no Bairro Floresta, no qual levará o nome de Prof. Miriam Simões Petry; Vereador Marcos Soares PTB I. 585/316/08 Solicitam ao Prefeito Municipal, para que estude a viabilidade de realizar asfaltamento ou calçamento na Rua Francisco Rosa Marcondes no bairro Ouro Preto. Vereador Vilson Paese PDT mais indicações do Vereador Vilson Paese I. 586/317/08 Solicita trabalhos de revitalização da Praça Santo Muneroli localizada no bairro Glória, pois a mesma se encontra em péssimo estado de conservação e as crianças e adultos desta região tem apenas a praça como opção de lazer; Solicita trabalhos de Calçamento ou asfaltamento na Rua Monteiro Lobato, trecho compreendido entre as Ruas Alferes Rodrigo e Antônio Vargas; Solicita trabalhos de conserto do calçamento da Rua João Néri Domingos no bairro Ouro Preto. Solicitação dos moradores; Solicita trabalhos de conserto do calçamento da Rua Ibaré no bairro Floresta Solicitação dos moradores; Solicita trabalhos de recapeamento asfáltico da Rua Senador Salgado Filho no bairro Conceição. Solicitação dos moradores; Solicita trabalhos de conserto do calçamento da Rua Sergipe no Bairro Oriental. Solicitação dos moradores. Vereador Vilson Paese PDT I. 587/318/08 Solicita Sec. Mun. De Educação que estude a possibilidade de estender o atendimento das EMEIS elevando até as 18:30min. Solicitação de diversas mães. Vereador Cláudio Santos PSDB I. 588/319/08 Solicita a Sec. de obras para que tape com a maior brevidade possível um buraco existente na Rua Venâncio Aires nº 635 ao lado do estabelecimento comercial Cor do Sol; Vereador Cláudio Santos PSDB I. 589/320/08 Solicita a Secretaria de obras para que realize melhorias na Rua Leão XVIII entre trechos (Rua Tijuca e Rua Visconde de Pelotas), pois Encontra-se com muitos buracos no trecho descrito. Solicitação de moradores; Vereador Cláudio Santos PSDB I. 590/321/08 Solicita a Secretaria de Obras a limpeza e capina da Rua Santa Catarina D'Elabore em toda a sua extensão, pois encontra-se com muito mato e contribuindo para proliferação de bichos. Solicitação de moradores; Vereador Cláudio Santos PSDB I. 591/322/08 Reitera solicitação ao Executivo para que determine ao setor competente a realização de melhorias em diversas ruas do Bairro Alvorada; Vereador Felipe Sálvia PDT I. 592/323/08 Reitera mais uma vez nossa solicitação ao setor competente para que providencie a construção de uma ponte ligando os Bairros Oriental e Loeff, através das Ruas Saldanha Marinho e Pernambuco, ou outras nas proximidades que julgarem mais apropriadas, atendendo assim esta antiga reivindicação dos moradores. Vereador Felipe Sálvia PSDB I. 593/324/08 Solicita que o executivo tome providências no sentido de viabilizar a construção de uma escola e um Posto de Saúde para atender os moradores dos Residenciais Cantares e Planalto; Vereador Felipe Sálvia

PDT I. 594/325/08 Que a secretaria de obras execute trabalhos de asfaltamento nas laterais da av. pátria, ou seja que seja feito asfalto em toda a largura da avenida pois com o desnível da avenida as águas da chuva acumulam trazendo vários tipos de problemas aos moradores da respectiva via. Inclusive podendo causar acidentes Vereador Vilson Paese PDT I. 595/326/08 Solicita para que o Executivo Municipal notifique o proprietário do terreno localizado na Avenida Flores da Cunha esquina com a Rua Dinarte da Costa – Bairro Sassi para que tome as devidas providências para efetuar a limpeza do mesmo. Solicitação dos moradores e pedestres Vereador Adroaldo De Carli PMDB I. 596/327/08 Solicita para que a Secretaria de Planejamento e Urbanismo e a Secretaria de Obras realizem vistoria e perícia no trecho do asfalto que esta baixando (em desnível) da Avenida Pátria entroncamento com a Rua Bernardo Paz, Bairro Centro. Solicitação dos motoristas; Vereador Adroaldo De Carli PMDB I. 597/328/08 Solicita a realização de limpeza e recolhimento de lixos no passeio público na Av. Mauá ao lado do Posto Bellenzier, Bairro Centro. Solicitação dos pedestres Vereador Adroaldo De Carli PMDB I. 598/329/08 Solicita com urgência para que a Secretaria de Obras e o Departamento de Trânsito coloquem placas de sinalização de sentido obrigatório para ônibus virar a esquerda junto ao semáforo na Av. Flores da Cunha esquina com a Rua Alferes Rodrigo – Bairro Centro. Solicitação dos motoristas; Vereador Adroaldo De Carli PMDB I. 599/330/08 Solicita a realização de operação tapa buracos na Rua Alferes Rodrigo próximo o passeio público, Bairro Centro. Solicitação dos motoristas; Vereador Adroaldo De Carli PMDB I. 600/331/08 Solicita para que o Executivo Municipal disponibilize recurso financeiro para a Secretaria de Obras e Secretaria de Planejamento e Urbanismo efetuarem a pavimentação asfáltica em toda a extensão da Rua Pe. Réus Bairro Sassi. Vereador Adroaldo De Carli PMDB I. 601/332/08 Solicita ao Sr. Prefeito municipal venha intervir junto a Secretaria de Segurança Publica a permanência do IML Instituto Medico Legal de Carazinho. Vereador Déio PMDB I. 602/333/08 Reiterando o pedido para que a Secretaria de Obras realize conserto de Buraco um buraco na Rua Osvaldo Cruz enfrente ao numero 59 no bairro oriental; Vereador Déio PMDB I. 603/334/08 Reiterando o pedido para que a Secretaria de Obras realize o patrolamento e cascalhamento da rua Alceu wamozy no bairro Fabio; Vereador Déio PMDB I. 604/335/08 Reiterando o pedido para que a Secretaria de Obras realize conserto da Rua Osvaldo Cruz esquina com a rua Pinheiro Machado no bairro oriental; Vereador Déio PMDB I. 605/336/08 Solicita a realização de patrolamento e cascalhamento da rua Felipe Camarão no bairro Braganholo; Vereador Déio PMDB I. 606/337/08 Solicita a realização de operação tapa buracos na rua Fernandes Vieira entre as ruas Rio Branco e Avenida São Bento, no bairro Gloria; Vereador Déio PMDB I. 607/338/08 Solicita a realização de patrolamento e cascalhamento na rua Saldanha Marinho entre as ruas Bernardo Paz e rua Pedro Vargas, no bairro Braganholo; Vereador Déio PMDB I. 608/339/08 Solicita a realização de patrolamento e cascalhamento na rua Saldanha Marinho entre as ruas Antonio Vargas e rua 03 de maio, no bairro Braganholo; Vereador Déio PMDB I. 609/340/08 Solicita a realização de trabalhos pavimentação asfáltica na rua Vieira de Castro no bairro Laranjal; Vereador Déio PMDB Estas são as indicações. Requerimentos R. 610/082/03 Solicita que seja enviado ofício a Empresa Glória, prestadora do serviço de transporte coletivo, para que seja realizado estudo no sentido de ampliar os horários de circulação de ônibus no Bairro São Lucas principalmente no final de tarde, para que tenha ônibus depois das 18:00 hs, tendo em vista que muitos moradores daquele bairro trabalham e normalmente tem que voltar a pé para casa, pois o último ônibus que circula no bairro é antes das 18:00 hs. Vereador Jaime Fragoso PSDB R. 611/083/08 Solicita que seja, enviado ofício a Brasil Telecom, para que o setor competente, realize serviços de concertos, em orelhão na Rua Moisés Faccini, esquina com José Biachi, pois os moradores necessitam deste

orelhão e precisam se deslocar para outros locais, quando desta necessidade e que seja colocado orelhão na Rua Arthur Pedro Dihl, em frente ao nº 160, no Residencial Aparecida, pois este orelhão será de inteira importância para esta localidade. Vereador Marcos Soares PTB R. 612/084/08 Solicita que seja enviado ofício com votos de profundo pesar aos familiares do Sr. Adair Bittencourt Silveira, pelo seu falecimento ocorrido no dia 30 de março do corrente. Vereador Vilson Paese PDT R. 613/085/08 Solicita que seja enviado ofício ao Deputado Estadual do PSDB, Nelson Marchezam Jr, para que o mesmo estude a possibilidade de intervir junto a Governadora Yeda Crusius no sentido que seja incorporado ao salário do Corpo de Voluntários Militares Inativos a gratificação de R\$ 357,00, que completarem 15 anos de serviço no referido cargo. Entende-se justa tal reivindicação pois os mesmos trabalham fardados e desta forma correm os mesmos riscos que os demais. O número de militares beneficiados é muito pequeno e não oneraria por demais os cofres públicos. Temos também informações de que alguns militares da ativa que trabalham tanto no palácio quanto na Assembléia Legislativa do Estado recebem essa incorporação de gratificação no salário base. Vereador Cláudio Santos PSDB R. 614/086/08 Solicita que seja enviado ofício aos familiares da Sr^a Leonora Dahmer Schnell pelo seu falecimento ocorrido no dia 30.03 do corrente. Que Deus possa estar confortando a família enlutada com sua palavra de infinita sabedoria; Vereador Cláudio Santos PSDB R. 615/087/08 Solicita que seja enviado ofício ao Executivo Municipal com o seguinte Pedido de Informações: 1 – Pelo que percebemos a realização de um show, promovido pela Prefeitura Municipal de Carazinho, conforme consta no folder de divulgação impresso no Jornal Diário da Manhã (em anexo) “Carazinho em Ação – Prefeitura Municipal de Carazinho APRESENTA: GIAN & GIOVANI”, mesmo que tenha sido, segundo informações, patrocinado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, causou preocupação também junto ao Ministério Público, que se pronunciou através de uma notificação do Promotor Denílson Belegante alertando sobre uma possível campanha eleitoral extemporânea. Qual a comemoração a que levou a realização do referido show? 2 – O patrocínio do Bannisul para a realização do Show da dupla “GIAN & GIOVANI” em algum aspecto tem a ver com o contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e o Banco do Estado relacionado à venda da folha de pagamento dos servidores públicos municipais? 3 – Encaminhar cópia do contrato celebrado entre a Prefeitura e o Bannisul relacionado à folha de pagamento dos servidores públicos municipais. 4 – A menos de um ano a prefeitura vendeu a folha de pagamento dos servidores municipais para o Banco Santander, retirando a mesma do Bannisul, e agora volta a vendê-la para o Bannisul. Quais foram os motivos que levaram o Executivo Municipal a romper o contrato com o Santander, que inclusive possui uma liminar determinando que a folha de pagamento dos servidores municipais continue sendo disponibilizada pelo banco Santander na agência local. 5 – Qual o valor da venda da folha de pagamento dos servidores públicos municipais para o Bannisul? 6 - Havendo a rescisão do contrato com o Santander, além da devolução do dinheiro, qual o prazo para devolução do mesmo e qual o valor da multa a ser paga por quebra de contrato? Encaminhar também, cópia do contrato com o Santander. Justificativa: Nosso pedido de informações justifica-se pelo fato de que há uma contradição com relação a isso, pois em matéria publicada no Jornal Diário da Manhã do último dia 27 de março, pág 02, (cópia em anexo) “a apresentação integra as festividades de 77 anos do município” (sendo que o aniversário do município é comemorado no mês de Janeiro) e na nota de esclarecimento do município publicada no jornal Diário da Manhã do último final de semana, (cópia em anexo) o Secretário de assuntos Jurídicos do Município afirma que “o evento seria realizado para marcar a inauguração de um projeto de Governo, que trata do novo trânsito da cidade” mas ao que consta, inclusive publicado no Jornal local, do último dia 26/27 de Janeiro, a Inauguração da Praça e Terminal Iron

Albuquerque, revolucionando o trânsito da cidade, ocorreu no último dia 24 de Janeiro – Aniversário do Município; O promotor está correto ao investigar, pois não se sabe ao certo quais os motivos que levaram o município a realização deste show, se em comemoração ao aniversário do município que ocorreu em janeiro ou como parte integrante da inauguração da Praça e Terminal Iron Albuquerque, que fez parte das festividades de aniversário do município. Ficamos realmente preocupados com relação à notificação do Promotor Denílson Belegante com relação a realização do show da dupla Gian e Giovani, não que a população de Carazinho não mereça este presente, mas o que muito nos estranha é que ele venha a ser realizado apenas nas proximidades de mais um pleito eleitoral, e pelo fato de que ao longo de toda a administração destes quatro anos nada parecido foi feito em Carazinho. Em dezembro tivemos a realização do “Rodeio de Barretos” promovido pela equipe de Rodeios César Paraná, onde se ovacionou por diversas vezes o nome do atual prefeito, da primeira dama, do vice-prefeito, entre outros, e nos perguntamos se neste sentido também não houve campanha eleitoral extemporânea. Outro fato que nos preocupa é este troca-troca com relação à instituição financeira que detêm o direito de gerir a folha de pagamento dos servidores públicos municipais de Carazinho. Quem perde e quem ganha com isso? Quais são os prejuízos relacionados à quebra de contrato com o Santander e os lucros obtidos com a venda da folha para o Banrisul? O Executivo Municipal não pode arcar com as conseqüências da quebra de contrato, pois o seu gestor deve preocupar-se em não produzir prejuízos ao erário público. Vereador Felipe Sálvia PDT R. 616/088/08 Solicita que, seja enviado ofício as Centrais Elétricas de Carazinho – Eletrocar, na pessoa do Sr. Diretor-presidente, Romeu Giacomelli, solicitando ao departamento técnico da empresa para que seja feita a troca das lâmpadas fracas e colocação de lâmpadas mais potentes em toda a extensão da Rua João Eduardo Kraemer localizada no Bairro Sommer. Solicita também a substituição das lâmpadas queimadas por lâmpadas mais potentes na Rua Barão de Antonina esquina com a Av. Flores da Cunha, ao lado do Ed. Agnello Senger, localizada no Bairro Centro. Vereador Adroaldo De Carli PMDB R. 617/089/08 Solicita que seja enviado ofício ao Líder de Governo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul o Sr. Deputado Marcio Biolchi, para que venha intervir junto ao Governo do Estado sobre o possível fechamento do IML em nossa cidade, a reportagem publicada no Jornal Diário da Manhã no dia 27 de março de 2008, alegando uma reestruturação no governo, causando preocupação para a população de nossa cidade, pois vai dificultar para as famílias que na hora da dor acabam esperando mais tempo a liberação do corpo de seu familiar. O Posto do Iml de carazinho realiza em média 15 necropsias e 120 perícias mensais, também é realizado em carazinho a cadáveres de 17 municípios da região, com o fechamento do Posto do IML em nossa cidade os Corpos deveram se deslocar para cidade vizinhas causando mais dor e sofrimento as famílias. Pedimos ao Deputado Marcio Biolchi, por ter sido uma das pessoas que mais batalhou pela vinda do Médico Legista para o Posto do IML de carazinho. Vereador Déio PMDB R. 618/090/08 Solicita que seja, enviado ofício à governadora do Estado Sra. Yeda Crusius extensivo ao líder de Governo e deputados da comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa, para que estude a viabilidade da permanência do IML de Carazinho sugerindo a análise de outras possibilidades de contenção de despesas no Instituto Geral de Perícias do Estado. Vereador Luiz Leite PDT MOÇÃO M. 619/111/08 Solicita que, seja enviado ofício de cumprimentos aos membros na União da Juventude Socialista de Carazinho, parabenizando pela 1ª Conferencia Municipal da Juventude realizada no último dia 20/03/2008. Vereador Luiz Leite PDT **Vereador Antonio Azir** questão de ordem sr. presidente já que estamos na fase dos requerimentos eu gostaria de fazer um requerimento verbal, se tem noticias na casa de que foram furtadas três atas e isto é

muito grave, muito grave realmente o furto de documentos desta casa, o sr. presidente pode confirmar isso ou não, eu faço um requerimento a mesa diretora que seja aberta umas sindicância para apurar este evento e como surgiram também que se registre, temos um policial aqui conosco que se registre na policia o furto destes documentos, porque documento público ser furtado de dentro de nossa casa, considero eu é muito grave o fato. Presidente Vereador Luiz Leite e o que é pior vereador não houve arrombamento, de nenhuma das portas de acesso para dentro do poder legislativo, então quer dizer que o problema aconteceu aqui dentro mesmo. Até aproveitando o seu pedido quero te dizer que a mesa vai acatar a abertura desta sindicância e gostaria então que o ofício que me foi endereçado pela srta. Priscila Klauss de Borba, quando notou a falta destes documentos gostaria que fosse lido para ficar registrado nos anais da casa.

Secretário Vereador Cláudio Santos of. 003/08 Carazinho, 31 de março de 2008. Exmo Sr. Presidente, Ao cumprimentá-lo cordialmente venho através deste informar à Mesa Diretora que as atas transcritas de número 12, 13 e 14 das Reuniões Ordinárias dos dias 29 fevereiro, 03 e 10 de março, respectivamente, foram retiradas do acervo onde são arquivadas na sala da Assessora da Mesa sem minha prévia autorização e conhecimento, no período de 18 a 25 de março de 2008. Peço que tome as providências cabíveis para que se esclareça tal fato. Sendo o que se apresentava, subscrevo-me. Respeitosamente, Priscila Klauss de Borba Assessora da Mesa A Sua Excelência o Senhor Luiz Leite Presidente Câmara Municipal de Carazinho. Nesta Cidade Vereador Vilson Paese questão de ordem sr. presidente. Esses fatos são lamentáveis os trabalhos deste vereador de dois anos e meio também sumiu misteriosamente, não sabendo nenhum trabalho que foi feito, a onde e pra onde foram, digo mais sr. presidente, até a placa deste vereador desapareceu daqui de dentro da casa, com mais um agravante, as fotografias que foram tiradas da sessão solene que estavam na sala do diretor de expediente na época o Daniel, que não se encontra mais aqui também sumiram todas, agora entristecido fico eu quando três atas também somem, então eu não sei tem alguma coisa estranha se tem algum ET, por ai que pode levar material pra outro planeta, alguma coisa mas é misteriosamente isso aí é ruim ter no poder legislativo a onde nós convivemos entre irmãos aqui. Só pra deixar registrado também a minha indignação com relação a faltar material de expediente, a faltar ata isso é uma coisa muito grave. Não pode ocorrer. Vereador Antonio Azir o mais grave sr. presidente que era justamente as atas que o Ministério público pediu para instaurar um inquérito civil, sobre os episódios comentados nas reuniões sobre a ata. Então isso torna mais grave o assunto. Presidente Vereador Luiz Leite eu só quero informar aos srs. Vereadores tão logo a gente tomou conhecimento, a gente já esta tomando as providencias necessárias e com certeza as pessoas responsáveis se forem servidores da casa e se por ventura for mais alem do que serem servidores vão ser responsabilizados com toda a certeza, com toda certeza porque eu acho esse parlamento aqui, não pode estar passando pela situação que está por irresponsabilidade de pessoas que de repente estão invadindo a sala dos outros, não respeitando a sala de trabalho dos outros para a retirada de documentos sem a previa autorização. Então a gente esta apurando, vai ser aberta essa sindicância sim, ainda esta semana, e a gente vai apurar os fatos e com certeza responsabilizar as pessoas que terão, que forem julgadas as responsáveis pelos atos. Vereador Cláudio Santos secretário que proceda a leitura agora das moções Secretário Vereador Cláudio Santos **Secretário Vereador Cláudio Santos** moções. M. 620/112/08 Solicita que, seja enviado ofício parabenizando o Sr Alcides Fritzen eleito novo presidente do Clube Comercial de Carazinho extensivo ao novo vice- presidente Valentino Ferrari Júnior e demais membros da direção empossados no último dia 26/03/2008. Vereador Luiz Leite PDT M. 621/113/08 Solicita que, seja enviado ofício de cumprimentos ao Senhor Régis Gaist de Oliveira, pela

parceria firmada com a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) que trará para nosso município bolsas de estudo para formação de novos pilotos, um projeto pioneiro e elevará sem dúvida alguma o nome de Carazinho no cenário nacional da aviação. Vereador Vilson Paese PDT M. 622/114/08 Solicita que, seja enviado ofício parabenizando os Proprietários e Funcionários da Oficina Mecânica Fios'Car bem como o Sr. Paulo Lang, instrutor do CFC Sorriso pela brilhante palestra sobre "Direção Defensiva" ocorrido no salão de eventos da Acic no último dia 27 do corrente. Vereador Cláudio Santos PSDB M. 623/115/08 Solicita que, seja enviado ofício parabenizando o Instituto Gama de Assessoria a Órgãos Públicos - Igam, na pessoa do Prof. Dr. Diretor André Leandro Barbi de Souza, pela excelente organização do Curso com o tema: " Organização e Estruturação de Câmaras Municipais, ministrado pela Vossa Senhoria, ocorrido no período de 26/03/2008 a 28/03/2008 na cidade de Porto Alegre com a participação de 11 (onze) servidores desta Egrégia casa. Nossos parabéns a toda diretoria e demais colaboradores Vereador Adroaldo De Carli PMDB M. 624/116/08 Solicita que, seja enviado ofício parabenizando a Sra Luciara Gomes Weise que no dia 31 de março de 2008 assume a Casa da Mulher de nossa cidade. Vereador Déio PMDB M. 625/117/08 Solicita que, seja enviado ofício parabenizando a equipe do Raízes pela conquista do título de Campeão do Torneio de Bola 9 promovido pela Sociedade Recreativa Harmonia; Vereador Déio PMDB M. 626/118/08 Solicita que, seja enviado ofício parabenizando ao Goleiro Jibóia. representando a equipe do Raízes/Metalfort pela conquista do título de goleiro menos vazado do campeonato de Bola 09 promovido pela Sociedade Recreativa Harmonia; Vereador Déio PMDB M. 627/119/08 Solicita que, seja enviado ofício parabenizando a equipe do Industrial pela conquista do título de Vice-Campeão do Torneio de Bola 9 promovido pela Sociedade Recreativa Harmonia; Vereador Déio PMDB M. 528/120/08 Solicita que, seja enviado ofício parabenizando a Direção da Academia Oficina do Corpo e demais organizadores da Primeira etapa do circuito Noroeste Missões de levantamento de peso, evento realizado em Carazinho; Vereador Déio PMDB

Presidente Vereador Luiz Leite . passamos agora para a ordem do dia com a votação de requerimentos e moções, solicito ao sr secretario para que proceda a leitura do numero e autor dos requerimentos. Pois não vereador. **Vereador Josélio Guerra** como foi acordado que vai ser votado em bloco em vou pedir destaque do pedido de informação. **Presidente Vereador Luiz Leite** solicito ao secretario para que proceda a leitura nº e autor dos requerimentos que irão a votação exceto o pedido de informação que foi pedido destaque. **Secretário Vereador Cláudio Santos** requerimentos para apreciação em bloco. Requerimento de nº 01 de autoria do Vereador Jaime Fragoso PSDB Requerimento de nº 02 de autoria do Vereador Marcos Soares PTB Requerimento de nº 03 de autoria do Vereador Vilson Paese PDT Requerimento de nº 04 de autoria do Vereador Cláudio Santos PSDB Requerimento de nº 05 de autoria do Vereador Cláudio Santos PSDB Requerimento de nº 07 de autoria do Vereador Adroaldo De Carli PMDB Requerimento de nº 08 de autoria do Vereador Déio PMDB Requerimento de nº 09 de autoria do Vereador Luiz Leite PDT Requerimento de nº 10 de autoria do Vereador Luiz Leite PDT. **Presidente Vereador Luiz Leite** colocamos em apreciação a urgência dos requerimentos. Não havendo vereador que queira discutir os requerimentos, coloco em votação a urgência dos requerimentos, vereadores que concordam permaneçam como estão os contrários se manifestem aprovado a urgência por unanimidade. Srs. Vereadores estamos em votação dos requerimentos e moções. Colocamos agora em discussão agora os requerimentos com as urgências já aprovadas. Vereador Vilson Paese para discussão dos requerimentos **Vereador Vilson Paese** sr. presidente, srs vereadores, imprensa , amigos presentes nessa sessão. Só quero fazer um pequeno comentário e um alerta a todos os colegas com relação a matéria do diário da manha e também do requerimento

que eu vi a leitura com relação ao IML de Carazinho. Esse assunto foi trabalhado por essa câmara por dez anos, inclusive tem uma matéria também do vereador papai Noel que não se encontra aqui presente, um vereador que batalhou muito para que o IML estivesse em Carazinho, para que não fosse fechado. Nós passamos um período sem medico legista, hoje enfrentamos um problema por ter somente um. Há necessidade da 2ª assinatura de um outro legista e nós podemos admitir muita coisa contra Carazinho mas não podemos regredir o IML não pode ser fechado de forma nenhuma. O legislativo junto com o executivo acho que nós temos que fechar primeiro os dez vereadores, não querendo que seja de um de A ou de B, mas não podemos mais como ta a matéria e como foi dito, não podemos deixar o povo sofrer mais, no momento mais triste da vida quando alguém vem sofrer a família vem sofrendo, num momento mais difícil ainda não ter medico para fazer em Carazinho o serviço. Então vamos somar todos os esforços do poder legislativo para que isso não venha acontecer de forma nenhuma do fechamento, não podemos regredir Carazinho tem que caminhar para frente e não regredir. É isso que eu queria abordar sr. presidente, srs. Vereadores, esse assunto é muito grave, e o Vereador Paulino de Moura coloca com muita propriedade quando que ele diz Fechando a regional da policia civil permanece uma delegacia e permanece o atendimento, mas fechando o IML, nós não temos a quem recorrer a não ser correr para Passo Fundo e ai ficar esperando, isso é grave, isso é triste não podemos permitir e vai depender muito de nós. Muito obrigado. **Presidente Vereador Luiz Leite** continua em discussão Não havendo vereador que queira discutir coloco em votação os requerimentos, vereadores que concordam permaneçam como estão os contrários se manifestem, aprovado os requerimentos por unanimidade. Solicito ao sr. Secretario para proceder a leitura do nº e autor das moções. Antes disso tem o pedido de informação em destaque requerimento pedido de informação nº 06 autoria do Vereador Felipe Sálvia PDT. Colocamos em discussão o requerimento pedido de informação do Vereador Felipe Sálvia PDT. Não havendo vereador que queira discutir coloco em votação vereadores que concordam permaneçam como estão os contrários se manifestem, rejeitado o requerimento pedido de informação nº 06 do Vereador Felipe Sálvia por cinco votos a quatro. Solicito ao sr. Secretario para proceder a leitura do nº e autor das moções apresentadas pelos srs. Vereadores nesta reunião. **Secretário Vereador Cláudio Santos** moção de nº 01 autoria do Vereador Luiz Leite PDT, moção de nº 02 autoria do Vereador Wilson Paese PDT moção de nº 03 autoria do Vereador Cláudio Santos PSDB moção de nº 04 autoria do Vereador Adroaldo De Carli PMDB moção de nº 05 autoria do Vereador Déio PMDB moção de nº 06 autoria do Vereador Déio PMDB moção de nº 07 autoria do Vereador Déio PMDB moção de nº 08 autoria do Vereador Déio PMDB moção de nº 09 autoria do Vereador Déio PMDB **Presidente Vereador Luiz Leite** coloco em discussão a urgência das moções, não havendo vereador que queira discutir a urgência, coloco em votação as urgências das moções, vereadores que concordam permaneçam como estão os contrários se manifestem, aprovada a urgência por unanimidade. Esta em discussão as moções com as urgências já aprovadas. Não havendo vereadores que queiram discutir, coloco em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão os contrários se manifestem. Aprovadas as moções por unanimidade passamos agora a votação dos projetos solicito ao sr. Pois não Vereador Felipe Sálvia **Vereador Felipe Sálvia** sr. presidente eu gostaria somente de pedir a retirada do projeto de lei 013/08 de minha autoria. **Presidente Vereador Luiz Leite** a mesa acata o pedido de retirada pelo autor do referido projeto. Solicito o sr. secretário para que proceda a leitura da ementa e autor dos projetos que irão a votação nesta noite. **Secretário Vereador Cláudio Santos** Projeto de Lei 035/08, Executivo Municipal, Ementa: Declara situação de emergência, autoriza contratação emergencial de um (01) Fonoaudiólogo. Projeto de Lei 038/08, Executivo

Municipal, Ementa: Autoriza abertura de Crédito Especial no Orçamento da FUNDETEC, no valor de R\$ 500,00. **Presidente Vereador Luiz Leite** solicitamos o sr. secretário para que proceda a leitura do parecer das comissões da justiça e finanças e ordem econômica e social. **Secretário Vereador Cláudio Santos** Parecer da comissão de Justiça e Finanças de ambos os projetos O presente projeto de lei é constitucional e quanto ao aspecto financeiro nada a opor. Sala das reuniões 31/03/08 Vereador Antonio Azir Presidente Vereador João Mafalda Secretário e Vereador Josélio Guerra membro. Parecer da Comissão da Ordem Econômica e Social. O presente projeto de lei se encontra apto a ser incluído na ordem do dia. Sala das reuniões 31/03/08. Vereador Vilson Paese Presidente, Vereador Cláudio Santos Secretário e Vereador Marcos Soares Membro designado em a doc. **Presidente Vereador Luiz Leite** colocamos em discussão os pareceres das comissões de justiça e finanças, e Ordem econômica e social. Não havendo vereador querendo discutir colocamos em votação. Vereadores que concordam permaneçam como estão os demais se manifestem. Aprovado os pareceres por unanimidade. Colocamos agora em discussão os referidos projetos de lei com os pareceres já aprovados. Não havendo vereador querendo discutir colocamos em votação, colocamos em votação. Vereadores que concordam permaneçam como estão os demais se manifestem. Aprovado os projetos de lei por unanimidade. Nada mais havendo a tratar e sobre a proteção de Deus declaro encerrada a presente reunião e convoco os senhores vereadores para a próxima reunião ordinária a ser realizada dia 07/04/08 as 19:30 horas muito obrigado a todos.

Vereador Luiz Leite
Presidente

Vereador Cláudio Santos
Secretário